

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR SOBRE DROGAS:
O SUJEITO DO INCONSCIENTE E O FENÔMENO
DA TOXICOMANIA**

GOIÂNIA

2013

MURILO OLIVEIRA MARQUEZ

**EDUCAÇÃO ESCOLAR SOBRE DROGAS:
O SUJEITO DO INCONSCIENTE E O FENÔMENO
DA TOXICOMANIA**

Dissertação apresentada para Defesa no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Fundamentos dos Processos Educativos

Orientador: Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli

GOIÂNIA

2013

Educação escolar sobre drogas: o sujeito do inconsciente e o fenômeno da toxicomania

Dissertação apresentada ao processo de defesa no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação, em 2013, junto à Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli – UFG (Presidente)

Prof. Dra. Maria do Rosário S. Resende – UFG

Prof. Dra Viviane Neves Legnani – UnB

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação de discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Michael Foucault (A ordem do discurso)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli, pelo estilo cuidadoso de orientação acadêmica e pela oportunidade de caminharmos com rigor nas trilhas da teoria psicanalítica.

Às Professoras Doutoras Maria do Rosário S. Resende e Viviane Neves Legnani, pelas contribuições generosas à conclusão deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Aos meus pais, irmãos e amigos pelo apoio incondicional.

Aos colegas da 24ª turma de mestrado por permitirem o compartilhamento de angústias durante o processo de escrita e possibilitarem momentos de felicidade juntos.

Aos colegas de trabalho do Centro de Ensino Fundamental 308, os quais acreditaram em minha força de vontade e determinação para finalizar esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho é fruto de um percurso no Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG), na linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos. Primeiramente, fazemos um breve resgate histórico da noção de subjetividade, dando destaque ao trabalho pioneiro de Descartes, que buscou sustentação, para um racionalismo capaz de afirmar verdades seguras e confiáveis, sintetizadas na figura do sujeito epistêmico. Depois, levando em consideração o advento da teoria psicanalítica proposta por Freud, o sujeito cartesiano foi confrontado com o conceito de inconsciente, situação que promoveu divergências sobre os modos de teorização a respeito da subjetividade. Nesse sentido, ao operar com o sujeito da psicanálise buscamos problematizar os impasses do período da adolescência impostos por novas demandas sobrevindas do Outro no contexto de declínio do Nome-do-pai em uma sociedade dominada pelo discurso da tecnociência e do capitalismo. O impacto dessas formas discursivas hegemônicas na contemporaneidade comparece em novas modalidades sintomáticas na esfera social, dentre elas o fenômeno da toxicomania. Considerando isso, avançamos na investigação de como as escolas são convocadas a atuar de modo efetivo na elaboração de práticas pedagógicas de prevenção ao uso de drogas para fazer frente a esse novo sintoma social. Observamos que a postura encontrada pelas instituições de educação básica é geralmente engessada em atitudes proibicionistas. Por isso, tentamos repensar uma educação escolar sobre drogas que aposte em conceitos, princípios e possibilidades múltiplas, levando em consideração as consequências que o sujeito do inconsciente implica.

PALAVRAS-CHAVES: Psicanálise. Subjetividade. Adolescência. Toxicomania. Educação escolar.

RÉSUMÉ

Ce travail est le résultat de mes études au Programme d'Études Supérieures en Éducation (FE / UFG), à la ligne de Fondations de Recherche de l'éducation. Tout d'abord, nous faisons un bref rappel historique de la notion de subjectivité, mettant en évidence les travaux pionniers de Descartes, qui a cherché par un rationalisme capable de soutenir des vérités sûres et fiables, aujourd'hui dans la figure du sujet épistémique. Après prise en compte de l'avènement de la théorie psychanalytique proposée par Freud, le sujet cartésien a été confronté à la notion de l'inconscient, une situation qui a promu des désaccords sur les façons de théoriser sur la subjectivité. Dans ce sens, travaillant avec le sujet de la psychanalyse ce travail cherche à vérifier des questions de la période de l'adolescence imposées par de nouvelles exigences venues de l'Autre contexte de la baisse du Nom-du-père dans une société dominée par le discours de la techno science et le capitalisme. L'impact de ces formes discursives hégémoniques dans le monde moderne apparaît dans de nouveaux moyens symptomatiques dans la sphère sociale, parmi eux le phénomène de la dépendance toxique. Sachant le avant dit, nous continuons l'investigation sur la façon dont les écoles sont appelées à agir efficacement dans le développement de pratiques éducatives pour la prévention de l'usage de drogues pour faire face à ce nouveau symptôme social. Nous notons que la position trouvée par les institutions de l'éducation de base est généralement collée sur les attitudes de prohibition. Par conséquent, nous essayons de repenser l'éducation scolaire sur les drogues qui partent sur les concepts, les principes et les multiples possibilités, en tenant compte des conséquences que le sujet de l'inconscient implique.

Mots-clés: Psychanalyse. Subjectivité. Adolescence. Dépendance Toxique. L'éducation scolaire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 CAPÍTULO I: O SUJEITO DA PSICANÁLISE NAS TRAMAS DO INCONSCIENTE ..	15
1.1 Breve resgate histórico da noção de subjetividade.....	15
1.2 A subversão do sujeito promovido pela psicanálise.....	21
1.3 Sujeito adolescente: os impasses no encontro com o Outro.....	29
2 CAPÍTULO II: O FENÔMENO DA TOXICOMANIA COMO SINTOMA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	35
2.1 A drogadição como resposta ao mal-estar na contemporaneidade.....	35
2.2 Os efeitos do discurso da tecnociência sobre os modos subjetivos de satisfação	40
2.3 A sociedade de consumo: a desregulação do gozo.....	44
2.4 A dependência química como sintoma social.....	47
3 CAPÍTULO III: AS (IM)POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOBRE DROGAS DIRIGIDA AOS ADOLESCENTES.....	54
3.1 Função social da escola: formação de professores e a questão das drogas	54
3.2 Discurso pedagógico de abstinência como prevacente nas práticas educacionais de prevenção ao uso indevido de drogas	60
3.3 Propostas alternativas ao discurso proibicionista: redução de danos, despenalização do usuário e descriminalização das drogas	64
3.4 Educação escolar sobre drogas: o que foi excluído do discurso pedagógico?	67
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

Minha trajetória como professor de biologia do ensino médio suscitou muitos questionamentos, contradições e desafios no que concerne aos conceitos, valores e ideais da profissão docente. A (in)satisfação pessoal e profissional, as demandas do mercado, a busca por enriquecimento cultural, intelectual e reconhecimento social impulsionaram o desejo de avançar nos estudos acadêmicos como meio para atingir os mais diversos objetivos.

Nesse sentido, meu encontro com a psicanálise a partir da participação no grupo de estudos *Em torno da Letra: escrita, leitura e transmissão* (FE/CEPAE/UFG) serviu de fundamento teórico para a inscrição de um pré-projeto de pesquisa na seleção para o mestrado. Certamente, quanto ao percurso de escrita de uma dissertação, seja qual for o programa de pós-graduação, a linha de pesquisa, o objeto de estudo escolhido para investigação, é impossível escapar da experiência de angústia que nos acompanha nesse processo. Desde o debate de ideias na relação orientador-orientando, passando pelas dificuldades inerentes à escrita de um trabalho nesse nível de ensino, associado às adversidades da vida cotidiana que compele a todos, a ambiguidade de sentimentos é uma constante.

Com uma formação inicial “híbrida”, isto é, licenciado em ciências biológicas, ora formado pelo método do pensamento das disciplinas das ciências naturais, ora pela epistemologia das disciplinas educacionais calcadas no sujeito epistêmico, minha entrada no campo do saber psicanalítico não foi sem resistências, confusões e distorções das mais variadas possíveis. Não que isso tenha sido superado com os estudos sistemáticos das obras de Freud e Lacan pertinentes à construção dessa dissertação, mas que ao menos é possível distinguir o posicionamento ético entre o discurso da biologia, o discurso pedagógico e o discurso da psicanálise.

Assim, enquanto profissional da educação, inserido em uma instituição social que historicamente é convocada a problematizar as questões que afligem a sociedade, isto é, a escola, percebe-se um crescimento das demandas e responsabilidades em torno do trabalho docente até então inéditas. São muitos os fenômenos que inquietam o homem contemporâneo, tais como, racismo, homofobia, violência contra as mulheres, degradação do meio ambiente, intolerância religiosa, gravidez na adolescência, uso de drogas, sobre as quais os governos, a mídia e a sociedade civil como um todo pressionam as instituições de educação básica a se

posicionarem e a responderem com alguma forma de conhecimento.

Ao assumir essa função social de promover o pensamento crítico e a formação cidadã a partir da mobilização das mais diversas áreas do conhecimento acumulada pela humanidade, a escola se tornou um lugar de expectativas na construção e difusão de ideias e atitudes para melhorar a qualidade de vida do homem, a justiça social e o fortalecimento da democracia. O foco de nossas pesquisas centrar-se-á na discussão dos impasses subjetivos da adolescência atreladas a uma saída pela via da toxicomania e no questionamento das práticas pedagógicas de educação sobre drogas que as escolas vêm empreendendo para fazer frente a esse fenômeno, que na contemporaneidade, tornou-se um sintoma social.

Para orientar nosso trabalho teórico teremos como parâmetro os saberes produzidos no campo da psicanálise, baseados nas obras de Freud e Lacan, bem como em alguns de seus comentadores. A teoria psicanalítica foi forjada, desde o seu início, a partir da experiência analítica, isto é, dos processos de investigação no tratamento clínico. Portanto, é importante ressaltar a diferença entre aquilo que Lacan (2003, [1967]) denominou de psicanálise em intenção, circunscrita à clínica analítica, e a psicanálise em extensão enquanto “tudo o que resume a função de nossa Escola¹ como presentificadora da psicanálise no mundo” (p. 251).

Desse modo, as pesquisas *stricto sensu* desenvolvidas nas universidades estariam mais próximas dessa noção lacaniana de psicanálise em extensão. Como aponta Bernardes (2010), o papel da investigação em psicanálise no ensino superior não é o de transpor suas descobertas para o discurso da ciência, uma vez que ambas obedecem a ordenamentos discursivos distintos. Entretanto, é necessário um rigor na elaboração de pesquisas acadêmicas com o referencial psicanalítico, que no entendimento da autora se referem não somente às pesquisas sobre psicanálise, mas atravessadas pela psicanálise, isto é, que compartilham e atualizam suas prioridades.

Bernardes prossegue afirmando não haver um ideal de neutralidade científica na apresentação dos resultados de uma pesquisa psicanalítica, o que não quer dizer que se trata de “uma apologia do achismo ou da proliferação do imaginário” (2010, p. 36). Ressalta a importância da produção de trabalhos nessa área junto aos pares, de estudos e discussões em grupo e no uso de um referencial epistemologicamente compartilhado.

De acordo com Mezan (2005), apesar de o campo psicanalítico possuir alguns aspectos em comum com as formas mais tradicionais de produção das pesquisas científicas

¹ Escola Freudiana de Paris fundada por Lacan em 1964.

nas universidades, como coesão interna, comunicabilidade e verificabilidade, as peculiaridades das formulações teóricas em psicanálise não são redutíveis entre si, não sendo possível compreender os conceitos psicanalíticos dentro de uma noção epistemológica clássica de paradigma.

Por isso, a teorização psicanalítica inserida no discurso universitário tende a amenizar os efeitos de verdade que emergem da clínica, no âmbito da operação das leis do inconsciente. Bernardes (2010) menciona os riscos em que as pesquisas psicanalíticas produzidas no seio das universidades incorrem, pois é preciso observar que no discurso universitário o saber ocupa um lugar dominante visando à acumulação e à totalização da verdade, situação oposta ao discurso da psicanálise que não busca preencher uma falha no saber.

Dessa forma, as pesquisas propriamente psicanalíticas ou operadas pelos fundamentos conceituais de seu discurso, que acreditamos estar mais próximo da natureza desta dissertação, aponta para o impossível do real, o saber insabido, os efeitos do Outro barrado, isto é, a despeito do pesquisador a relação que se estabelece com o objeto de estudo é sempre de contorno e circunscrição, de algo que nunca se revela por completo.

Dito isso, podemos inferir que a posição que o pesquisador assume relativamente à estrutura da suposição de saber o coloca em estreita condição de analisante, mesmo nos casos em que o pesquisador é um analista, pois como afirma Bernardes (2010), o trabalho de investigação em marcha em qualquer pesquisa impõe ao pesquisador os limites decorrentes de sua condição de sujeito do inconsciente, deparando-se com o furo no saber, que exige a invenção e elaboração de conceitos que permitam bordejar o real da sua prática.

Esse breve delineamento da inserção em pesquisas de cunho psicanalítico na redoma da produção de conhecimentos na universidade demonstra certa divergência de objetivos no que concerne a relação do pesquisador com o saber e, por extensão, o modo ético de implicação com o processo de escrita de um trabalho de mestrado. Ao estar vinculado a um programa de pós-graduação em Educação, pelo caráter sociopolítico em que essa área tradicionalmente situa-se, por razões óbvias e legítimas, é comum nesse campo pesquisas que sustentem um lugar de resposta. Apesar de nossa dissertação estar sob o registro das pesquisas educacionais, procuramos trazer a marca da estrutura do saber analítico que carrega os impasses da radicalidade da noção de inconsciente.

Sabemos do tabu em torno do tema escolhido e da emergência da problematização do mesmo em função de sua configuração na atualidade, daí o caráter instigante enquanto

educador em abordar um assunto que faz parte do conteúdo curricular da disciplina de biologia. Assim, com a lupa da psicanálise procuramos analisar o sintoma da toxicomania, inscrito na cultura contemporânea, e as possibilidades de uma educação escolar sobre drogas dirigida ao público adolescente.

Para abordar nosso objeto de estudo esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, procuramos situar uma noção de subjetividade que perpassará todo nosso trabalho, qual seja, o sujeito do inconsciente. Para isso, faremos um breve resgate histórico do percurso do conceito de sujeito desde a Antiguidade até a Modernidade para evidenciar as mudanças de concepções ao longo do tempo.

De acordo com Bezerra (1989), ainda na Grécia antiga, a experiência subjetiva era entendida não como uma marca da singularidade pessoal, da existência individual única e irrepetível, ao contrário, a existência de cada um era marcada pela integração absoluta do indivíduo com o cosmo, intimamente ligada à dimensão social, a vida em comunidade. Na Idade Média, em função da centralidade do pensamento teológico, a dimensão singular obtém mais espaço, porém alicerçada aos desígnios da vontade de Deus. Logo, é na Idade Moderna que o homem ganha a cena definitiva, sendo dotado de autonomia, subjetividade privada e liberdade individual.

Até esse momento, a noção de sujeito está identificada com o conceito de consciência, que sofrerá uma reviravolta no final do século XIX com a descoberta freudiana do inconsciente. A subversão promovida pela psicanálise, ao descentrar o sujeito do domínio da consciência, da razão, do eu, desloca as possibilidades de verdade sobre si para outro lugar, desconhecido, insabido, incompleto na relação com o Outro barrado. Como afirma Elia (2010), o sujeito do inconsciente se constitui na intersecção vazia entre o natural e o cultural, no campo da linguagem estruturada por uma ordem simbólica furada, marcado pelas insígnias do significante, tornando-o refém da realidade de um desejo que lhe é alheio, de uma falta que engendra e mobiliza sua história de vida.

Devido aos propósitos de nossa pesquisa, faremos em algumas ocasiões, um recorte à invenção do sujeito adolescente na contemporaneidade apontando como esse percurso de reelaboração simbólica pode encontrar diferentes saídas em resposta às novas demandas do Outro, dentre elas uma vinculação com as drogas. Nesse sentido, Rassial (1997) indicará que a dificuldade de efetivação da operação adolescente na atualidade tem relação com o declínio da função paterna, da inoperância do Nome-do-Pai, isto é, a fragilidade do Outro em sustentar

uma amarração simbólica que fixe um lugar para o sujeito no laço social.

No segundo capítulo, portanto, ao assumirmos a hipótese de adesão ao mundo das drogas como meio de “resolução” das questões que emergem da adolescência, procuraremos articular a configuração desse sujeito toxicômano com os discursos hegemônicos do nosso tempo, tais como os discursos da ciência e do capitalismo. Em “O Mal-estar na Civilização”, Freud (1974, [1929]) discorre sobre o esforço do homem em obter prazer, afastando o desprazer, para alcançar a felicidade e aponta quais meios são empregados para isso, dentre eles, cita o uso de substâncias tóxicas.

O uso desse “amortecedor de preocupações”, como dizia o pai da psicanálise ao se referir ao consumo de drogas, ganhou nas pesquisas de Santiago (2001) uma análise interessante ao associar a invenção de uma noção de droga no plano do saber pelo discurso da ciência. Na perspectiva do autor, a atividade científica é incapaz de controlar as diferentes modalidades de efeitos de sentido que ela engendra enquanto produtora de discursividade, isto é, a incidência do discurso da ciência sobre as drogas pode resultar em consequências diversas daquela que foi enunciada, promovendo modificações nas manifestações subjetivas, bem como nas produções sintomáticas, neste caso, o aparecimento da toxicomania.

O discurso do capitalismo também seria um dos elementos centrais na configuração dessa nova forma sintomática de gozar. Segundo Melman (1992), o toxicômano representa o ideal de uma sociedade de consumo ao demonstrar uma renovação e dependência irrestrita de uso de um objeto, a droga. Desse modo, a promessa de completude e satisfação plena que o discurso do capitalismo insiste em anunciar pode produzir um empuxo ao consumo de todo tipo de objeto, inclusive à margem do mercado legal capitalista, como evidencia o crescimento do narcotráfico.

O fenômeno da toxicomania, por conseguinte, representa um sintoma social na contemporaneidade. Como afirma Vorcaro (2004), o sintoma individual é devoto da inscrição do discurso dominante de cada época no plano da cultura, ou seja, a invenção do sintoma particular é possível a partir do que se articula no imaginário social. Com efeito, o casamento do discurso da ciência com o discurso do capitalismo reverbera novas modalidades de gozo nunca antes vistas na sociedade.

A partir do momento que o sintoma da toxicomania assume uma dimensão social, essa nova modalidade de gozo inquieta e assusta a sociedade. Em função disso, diferentes instituições e especialistas são convocados a problematizar a questão do consumo de drogas

na atualidade com propostas de prevenção, tratamento e recuperação dos usuários. No terceiro capítulo, discutiremos, portanto, os discursos pedagógicos de prevenção ao uso de drogas prevalentes nos espaços escolares e a possibilidade de construção de abordagens mais autênticas de educação sobre drogas, assinalando, porém, as impossibilidades que toda prática educativa encerra quando se inclui o conceito de inconsciente.

Com efeito, alguns documentos oficiais advogam a necessidade da participação das instituições escolares na educação preventiva sobre drogas e na importância da formação de professores nessa temática. A mais recente legislação sobre entorpecentes no Brasil, a Lei 11.343/06, ressalta a emergência no estabelecimento de políticas de formação dos profissionais da educação, em todos os níveis de ensino, a respeito do fenômeno da drogadição.

Para pensarmos como essas políticas vêm se delineando, recorreremos aos estudos de Acselrad (2005), que indicam práticas de educação sobre drogas nas escolas norteadas pelo discurso proibicionista, baseada no mote ‘diga não as drogas’, ‘drogas, nem morto’, ‘drogas, tô fora’, ‘sou careta, mas sou feliz’, em que se busca a interdição do consumo como norma para todos. Assim, ao proporem a abstinência como único caminho, acabam demonizando as drogas, rejeitando diferentes possibilidades de uso, promovendo a marginalização do usuário e negando a relação histórica da humanidade com elas.

Essa postura autoritária e rígida do discurso proibicionista não contribuiu para a formação crítica dos alunos em deliberarem quanto às ambiguidades e contradições que a experiência do consumo de drogas comporta. Em função disso, algumas novas propostas alternativas, assentadas em princípios mais tolerantes e flexíveis, surgem como possibilidades de integração ao repertório discursivo das escolas, tais como a política de redução de danos, a despenalização do usuário e a descriminalização das drogas.

Entretanto, apesar de acreditarmos que uma educação escolar preventiva moderada e comprometida com os direitos do cidadão é mais autêntica e condizente com a realidade cotidiana não queremos dizer que seja mais eficiente em alcançar seus objetivos do que o modelo de abstinência apresentado anteriormente, pois a educação – formal ou não –, ao ser interrogada pelo referencial da teoria psicanalítica, está circunscrita aos efeitos da estrutura significativa da linguagem que se articula no nível do inconsciente, é uma práxis submetida à castração, à condição do Outro barrado, que na impossibilidade de representar o real, apresenta-se em sua dimensão de impossível.

CAPÍTULO I

O SUJEITO DA PSICANÁLISE NAS TRAMAS DO INCONSCIENTE

1.1 Breve resgate histórico da noção de subjetividade

A concepção de sujeito dotado de um eu individualizado, racional, portador de uma consciência de si que o distingue da condição de objeto, é fruto de uma construção histórica do pensamento ocidental moderno, mais precisamente da cultura europeia do século XVI. Dessa forma, podemos compreender que a ideia de um sujeito pensante, cognoscente ou epistêmico, esse último termo mais usado na nomenclatura contemporânea, não é desde sempre, ou seja, a noção de um sujeito que é sustentado por uma singularidade, privada, diferenciada de seu semelhante, pela qual o conceito de subjetividade é mediado pela relação sujeito-objeto, embora possa parecer natural, é produto de um percurso forjado pela humanidade.

As definições acerca do conceito de sujeito estão, portanto, ausentes nas primeiras fases do processo de civilização que anteciparam a Modernidade. A constituição de um corpo conceitual a respeito da categoria de sujeito, em uma perspectiva sócio-histórica, passou por diversas vicissitudes, em diferentes épocas, sendo comparada, ou mesmo confundida, com as noções de pessoa, indivíduo, alma, eu (*self*), etc. Disso decorre que a teorização sobre o sujeito, e por extensão a subjetividade, não pode ser entendida como algo intrínseco a nossa condição humana, e sim como um resultado da intenção de compreender, paulatinamente, a experiência de existirmos enquanto tal.

Podemos observar que foi necessário um longo percurso de produção de conhecimento para que a formulação do conceito de sujeito se estabelecesse enquanto possibilidade nas tramas da cultura ocidental. A formalização e sistematização da noção de subjetividade, isto é, a invenção e inserção de um lugar para o sujeito, coincidem com o pensamento moderno. Por isso, faremos um breve resgate histórico da construção do conceito de subjetividade desde a Antiguidade, passando pela Idade Média até a Modernidade, no campo da filosofia clássica, que inaugurou a noção de sujeito no território da racionalidade, identificada com a centralidade do eu consciente, para depois discutirmos a subversão promovida pela

psicanálise nesse campo, no final do século XIX, ao deslocar o domínio da consciência do núcleo do psiquismo humano a partir da hipótese do conceito de sujeito do inconsciente.

A origem da filosofia na Grécia antiga nos aponta o nascimento da construção do conhecimento de uma forma mais sistemática. De acordo com Bezerra (1989), a sociedade grega, em seus primórdios, localizava na figura dos deuses mitológicos uma maneira de ler e entender a regularidade e as transformações da natureza. Entretanto, no transcorrer dos modelos de organização social e cultural da civilização grega houve uma ruptura desse modo de pensamento baseado em divindades. O cidadão grego passava a acreditar que por meio da contemplação da natureza era possível extrair o conhecimento verdadeiro do funcionamento das leis que regem os fenômenos no mundo. Com isso, a uma passagem do Mito ao Logos, na qual a compreensão dos segredos guardados pela natureza não são condicionados por desejos divinos, mas sim, por leis próprias que contêm em si mesmas as possibilidades de seu entendimento.

Essa mudança na maneira de conceber o mundo, a partir da observação da natureza pelo homem, é diferente da categoria de sujeito epistêmico que virá a aparecer na Modernidade, pois a singularidade e individualidade na experiência grega são voltadas para os interesses do desenvolvimento da polis, para o fortalecimento da comunidade, e não para o cultivo de um eu particular, orientado em direção ao mundo privado, marcado pela liberdade pessoal de cada um. Com efeito, as manifestações subjetivas no período grego divergem do entendimento atual do sujeito moderno.

Mesmo a noção de psyché, presente nos textos platônicos, se conforma a estas características. A psyché é, em cada um de nós, uma entidade impessoal ou suprapessoal. É a alma em mim mais do que minha alma. Desse modo, a alma não traz a marca da singularidade pessoal, da existência individual única e irrepetível. Ao contrário, ela manifesta a integração absoluta do indivíduo com o cosmo, ela justamente exclui o que há de particular para acentuar o que liga imanentemente o homem ao universo, ao todo. (BEZERRA, 1989, p. 225)

Portanto, no pensamento grego a vivência da subjetividade está intimamente ligada à dimensão social, submetida a uma ordem superior e universal, que articula o projeto individual de cada membro da sociedade aos interesses da coletividade. Logo, na Idade Antiga a atividade egóica era menos voltada para a dedicação e a satisfação de si, e muito mais para as obrigações com seu semelhante, para atingir o êxito da vida em comunidade.

Contudo, com o advento da Idade Média, algumas transformações aparecem em relação ao entendimento do sentido da vida e dos modos de existência do homem no mundo. Nessa época, com a hegemonia do cristianismo, há uma valorização da interioridade, da particularidade, da introspecção, marcada pela dimensão teológica, que identifica o homem como imagem e semelhança de um Criador absoluto.

A noção de subjetividade nesse momento comporta um arcabouço de espiritualidade, no qual o ponto de partida de todo saber produzido pelo homem tem conexão com a figura do Criador. A legitimidade do conhecimento está atrelada à religião, à fé, à vontade do pensamento da Igreja, e os processos de significação do mundo seguem os ensinamentos propostos pela bíblia, isto é, os medievais tecem sua singularidade em conformidade com as definições sustentadas pelo cristianismo.

O homem medieval, diferente daquele da antiguidade clássica, não vai procurar explicar os fenômenos da natureza a partir da vontade de vários deuses, e sim, construirá seu conhecimento a respeito das verdades sobre o mundo segundo os desígnios de Deus. Essa revelação da Igreja de especularidade do homem com uma divindade onipotente, onipresente e onisciente, colocava a espécie humana como mais importante que as demais espécies animais, por conseguinte, superior à natureza. Nessa perspectiva, o homem que antes temia a obscuridade da ação da natureza passa a querer dominá-la, tornar seu senhor.

Essa segregação entre o homem e o mundo natural, sustentada por nossa condição de filhos de Deus, indica os primeiros resquícios de demarcação subjetiva, impregnada por uma noção de espiritualidade, entidade essa, o espírito, que precisa buscar e conhecer o sentido de nossa existência que está a serviço e será dada em um encontro com Deus.

Se é no início da era cristã que a concepção moderna de sujeito encontra seus primeiros vestígios, no entanto, é somente na época moderna que ela passa, do plano da reflexão e das práticas, a se impregnar progressivamente na cultura e no tecido social, tornando-se uma categoria central na esfera dos discursos e saberes, mas também servindo de alavanca para a criação de instituições, de práticas coletivas, de representações sobre o papel da sociedade, do Estado, da religião, etc.; e principalmente habitando cada vez mais a consciência dos indivíduos, dos agentes sociais. (BEZERRA, 1989, p. 227)

No final do século XV, período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, uma série de transformações aparecem no campo político, artístico, religioso, social e intelectual, desencadeado por um movimento conhecido como Renascimento. Nesse momento, surgem novas formas de pensar o papel das instituições políticas, os modos de

organização social, a relação do homem consigo e com a vida em comunidade, ocorrendo questionamentos das tradições e do que era considerado sagrado. O homem moderno vai se afastando dos antigos paradigmas de conhecimento, vai se desconectando de uma suposta verdade exterior e anterior a ele, dando lugar às suas próprias convicções.

A descoberta de Copérnico de que a Terra não é o centro do universo anuncia não apenas um descentramento astronômico, mas causa como efeito uma ruptura no pensamento medieval que postulava uma posição de destaque para a morada do homem, tendo como consequência um golpe em nossa condição privilegiada afirmada pela religião. Esse destronamento antropológico exige a busca de novos referenciais, outros modelos de explicação, diferentes meios de investigação e produção de conhecimento. A razão é a grande aposta do homem moderno para tentar restituir um método, uma ordem, um fundamento último que responda às questões de seu tempo.

A razão é de fato, o elemento comum a todos os seres humanos e, por isso, assume a condição de fundamento a partir do qual o mundo deve ser organizado. É ela quem deve, a partir de agora, dar unidade e sentido a todas as esferas que compõem a existência humana. Tudo quanto pretenda ter legitimidade para existir necessita, pois, submeter-se ao crivo da Razão. (HANSEN, 1999, p. 37)

O pioneiro na busca por esse racionalismo foi o filósofo francês René Descartes, que em o “Discurso do método” (2005), sintetiza os procedimentos necessários para chegar às verdades seguras e confiáveis; definindo-as como “regras certas e fáceis, graças às quais o que as observa exatamente não tomará nunca o falso por verdadeiro e chegará, sem gastar esforço inutilmente, ao conhecimento verdadeiro de tudo aquilo que seja capaz” (p. 81). As prescrições cartesianas tornaram-se o substrato dos princípios e fundamentos que balizariam os métodos de investigação da ciência moderna.

Assim, a intenção de Descartes é abandonar uma visão mitológica e religiosa para explicar a realidade em que o homem se encontra inserido, propondo a necessidade de formular conhecimentos indubitáveis a partir do próprio indivíduo. Pela primeira vez, atribuiu-se ao homem a responsabilidade pela sua história de vida, baseado na sua capacidade de pensar e refletir sobre suas escolhas, valores e caminhos a serem seguidos. O projeto cartesiano coloca o indivíduo como senhor de si, agente de suas vicissitudes, capaz de alcançar a liberdade, a independência e autonomia pela via da razão.

Com Descartes, portanto, a modernidade inventa o sujeito cognoscente, dotado de um eu pensante, consciente de si, com faculdades mentais que o capacita a apreender, conhecer e

representar o mundo. Desse modo, para ter certeza da veracidade do que se busca conhecer, o método do filósofo francês é pautado na dúvida, isto é, na desconfiança dos sentidos, das opiniões, que podem enganar o homem no processo de construção do conhecimento. Ao elevar ao máximo o ceticismo algo aparece como indubitável, a existência de um eu que duvida e pensa, traduzido nas clássicas palavras: “*Cogito, ergo sum*” (“Penso, logo sou”).

O desdobramento que se pode inferir do cogito é a distinção entre o sujeito e o objeto, na qual o primeiro é aquele que pensa e o segundo o que é pensado. Nessa perspectiva, a metafísica cartesiana instaura uma separação entre *res cogitans* e *res extensa* concebendo o mundo a partir de uma dualidade: mente e corpo, espírito e matéria, subjetividade e objetividade, que responderá por toda sorte de interpretação do homem em que se faz crer a expressão de uma certeza universal. Assim, cabe ao homem esquadrihar o objeto, organizar e sistematizar o conhecimento, no esteio da racionalidade que se tornou lugar de morada da verdade.

O cogito cartesiano ao colocar o homem no centro da produção de conhecimento promove uma reviravolta no modelo dominante de pensamento até aquele momento. Da mesma forma que Galileu revolucionou a estrutura da ciência com a aplicação da física matematizada, podemos dizer que Descartes fez o mesmo no campo da subjetividade. Nas palavras de Elia

Podemos dizer que aquilo que se produziu como fundação da ciência no sentido moderno do termo, a física moderna, empírica e matematizada (Galileu), corresponde uma elaboração filosófica que consiste em tirar as consequências desse ato por relação à subjetividade (Descartes). (2000, p. 21)

O autor em outro texto, “O conceito de sujeito” (2010), avança nessa correlação ao afirmar que a mudança ocorrida no campo filosófico por Descartes, ao gesto de Galileu no campo científico, é homóloga ao que se estabeleceu entre Kant e Newton, um século depois, na filosofia e na física moderna. Para Martinazzo (2011), a filosofia kantiana representa a essência do pensamento moderno, na qual a subjetividade é a instância fundadora e fundante da racionalidade e da possibilidade de formalização do conhecimento. A ação racional, seja ela de forma *a priori* (dedutiva) ou de forma *a posteriori* (indutiva), implica a capacidade de representar mentalmente a realidade dos objetos analisados. Segundo esse autor, o sujeito de Kant é ativo, autorreflexivo, soberano e identificado com a consciência.

Com as reflexões de Kant, a modernidade atinge seu apogeu, ao conceber o sujeito transcendental como autor e criador de uma realidade fidedigna às representações subjetivas de um eu interior, racional, pensante e consciente. Portanto, o sujeito é a premissa lógica de objetivação de si e do mundo, é o que justifica a existência da realidade externa.

Nas afirmações de Descartes e Kant, está explícita a ideia de modernidade que constitui um período histórico onde afloram duas grandes afirmações categóricas: a primeira, de que existe um fundamento último para tudo, para todas as coisas existentes e, a segunda, de que esse fundamento é garantido pela razão subjetiva. (MARTINAZZO, 2011, p. 66)

Nesse sentido, o movimento filosófico iluminista impulsionou essa concepção moderna de subjetividade expressa sob o modelo mentalista e essencialista. Conforme Martinazzo (2011), o iluminismo nutre-se de duas grandes correntes de pensamento para explicar os processos de produção do conhecimento, quais sejam, racionalismo-idealista e empirismo-positivista. Logo, os iluministas consideravam a razão como algo inerente à natureza do homem, um atributo comum a todos, uma essência que define nossa condição humana.

Esse discurso subjetivista da modernidade, assentado no poder absoluto da razão, como meio de acessar e conhecer as leis e funções que regulam a realidade empírica, em um mundo concebido como estável, simétrico e previsível, difundiu-se enquanto fundamento epistemológico nas mais distintas áreas do conhecimento ao longo do tempo, tornando-se um ponto de referência para se pensar as mais diversas instâncias da existência humana.

Na modernidade, portanto, a vida religiosa, o Estado e a sociedade, assim como a ciência, a moral e a arte transformam-se igualmente em personificações do princípio da subjetividade. Sua estrutura é apreendida *enquanto tal* na filosofia, a saber, como subjetividade abstrata no *cogito ergo sum* de Descartes e na figura da consciência de si absoluta em Kant. Trata-se da estrutura da auto-relação do sujeito cognoscente que se dobra sobre si mesmo enquanto objeto para se compreender como em uma imagem especular, justamente de modo “especulativo”. (HABERMAS, 2000, p. 27 grifos do autor)

Com efeito, o giro paradigmático que a modernidade produz quanto à noção de subjetividade em relação aos períodos antigo e medieval foi decisivo na inauguração do sujeito cognoscente, constituído a partir de um eu racional por excelência, capaz de representar o mundo como uma espécie de espelho da realidade, responsável por elaborar da forma mais objetiva possível as verdades e certezas do conhecimento. O sujeito moderno,

agora senhor de seu destino, valoriza ao extremo a individualidade, a independência e a liberdade como princípios desse novo modo de exercer a singularidade.

1.2 A subversão do sujeito promovido pela psicanálise

O advento do sujeito cartesiano estabeleceu as condições necessárias para o surgimento da ciência moderna caracterizada pela pretensão de elevar o conhecimento produzido em seu campo ao *status* de verdade. Identificado com a razão e a consciência de si, o sujeito forjado sob as reflexões de Descartes ganhou legitimidade e assumiu a função de conceber o sentido da existência das coisas, em uma tentativa de adequar e conformar a realidade à verdade. Segundo Lacan, só depois da aparição do sujeito da ciência é que foi possível, no final do século XIX, Freud desvelar o conceito de inconsciente.

Ouso anunciar, como uma verdade, que o campo freudiano não seria possível senão certo tempo depois da emergência do sujeito cartesiano, por isso que a ciência moderna só começa depois que Descartes deu seu passo inaugural. É desse passo que depende que se pudesse chamar o sujeito de volta para casa, no inconsciente. (LACAN, 1985b, [1964], p. 49)

[...] a substância pensante, pode-se dizer que de algum modo nós a identificamos sensivelmente. Depois desse *penso* que, ao supor-se a si mesmo, funda a existência, tivemos que dar um passo, que é o do inconsciente. (LACAN, 1985a, [1973], p. 33)

Se o sujeito cartesiano, atualmente renomeado de epistêmico, foi responsável pela edificação da ciência moderna, essa não o toma em consideração, não o reconhece enquanto tal, excluindo-o de seu campo de operação. A psicanálise, entretanto, o reintroduz em seu campo de ação pela subversão que o admite como sujeito do inconsciente.

Para Dor (1989), as estratégias do discurso da ciência, enunciados como racionais, lógicos, empíricos, mostram-se radicais quanto à rejeição ao sujeito da psicanálise, pois o sujeito epistêmico ao decretar “por si mesmo e para si mesmo o que é o saber verdadeiro, só se ilude quanto à sua verdade na medida em que dispõe de instrumentos de discurso apropriado para esse efeito” (p. 128). Isso significa dizer que é a alienação própria desse sujeito em torno da articulação do discurso científico que assegura de forma, mais ou menos consistente, sua posição de produtor de um conhecimento verdadeiro que em certas condições silencia o sujeito do inconsciente.

Nas amarras do discurso da ciência, em que se privilegia o racionalismo empirista, proliferam-se enunciados designados como autênticos, únicos e absolutos, forcluindo o sujeito da psicanálise. Nesse contexto de verdades inabaláveis, ancoradas em um eu que determina e legitima um saber sobre as coisas e sobre si próprio, podemos dizer que o sujeito do inconsciente aparece minimamente neutralizado, suturado, enfim, amordaçado.

Todavia, a afirmação lacaniana de que “o sujeito sobre o qual operamos em psicanálise não pode ser outro que não o sujeito da ciência” (LACAN, 1998, [1966], p. 873) demonstra que tanto a ciência quanto a psicanálise compartilham certas especificidades, mas diferem em seus recortes, métodos de operação. Em outras palavras, a ciência para manter seus paradigmas de objetividade, neutralidade e validade aposta na ação do sujeito epistêmico, porém deve rechaçá-lo para garantir os pressupostos do método científico. Assim, instaura-se um paradoxo que não foi contabilizado no campo da ciência em função da inoperância dos dispositivos por ela usados.

Dessa forma, se o sujeito epistêmico não é capaz de sustentar por si mesmo um saber que responda à verdade sobre seu desejo, talvez ela habite outro lugar. Esse é o ponto de partida da teoria psicanalítica, que ao anunciar o sujeito do inconsciente acabou por subverter os modelos consagrados dos discursos subjetivistas até então vigentes.

Que outro lugar é esse onde habita a verdade para um sujeito? Como se constitui o sujeito subvertido da psicanálise? São muitas as áreas do conhecimento que se ocupam da questão de pensar os processos de constituição do sujeito, tais como a filosofia, a psicologia, a antropologia, a pedagogia etc. Todas essas ciências apresentam diferentes níveis de convergência e divergência sobre os modos de teorização a respeito da subjetividade. São formulações que vão das mais racionalistas, impregnadas de conceitos advindos da investigação das neurociências, por exemplo, as concepções inatistas/cognitivista, ou uma abordagem mais sociológica em que o foco recai sobre os elementos da cultura, até uma visão mais comportamentalista, que supervalorizam os fatores ambientais enquanto modelo de explicação de como o sujeito se constitui.

A psicanálise “apresenta um modo de conceber o sujeito e sua constituição que se opõe, do modo mais radical, a essas concepções” (ELIA, 2010, p. 35). Assim, a teoria analítica recusa essas tendências psicobiológicas e socioambientais que, sistematicamente, compõem o campo das chamadas ciências humanas, que concebem o sujeito como produto híbrido da interação desses pressupostos.

Portanto, para podermos situar o sujeito do inconsciente, em especial depois do retorno que Lacan empreendeu da obra freudiana, é importante considerarmos sua constituição como efeito de um discurso, ancorado em um sistema de articulação simbólica, da ordem do significante, ou seja, o sujeito “só pode ser concebido a partir do campo da linguagem” (ELIA, 2010, p. 36). A despeito de Freud não se referir de forma explícita a esses termos cunhados no ensino de Lacan, as elaborações teóricas do pai da psicanálise, por exemplo, traços mnêmicos, signos de percepção, feixes de associações, sistema de representações do aparelho psíquico, organizados segundo os princípios de condensação e deslocamento, justificam esse modo particular de Lacan reler Freud.

Nesse sentido, torna-se inviável substancializar o conceito de inconsciente a partir de referências não-simbólicas de estatuto orgânico como propõe as ciências naturais ou em referências não-materiais com suporte metafísico baseado em aportes mentalistas. Com efeito, o estatuto metodológico de sustentação conceitual do funcionamento do inconsciente defendido pela teoria psicanalítica é de outra ordem.

O inconsciente freudiano exige, portanto, um suporte metodológico que o situe, no plano conceitual, em relação a dois estatutos: ele deve ser *material* (a psicanálise é um saber materialista) e, ao mesmo tempo, *simbólico* (a psicanálise não é uma biopsicologia). (ELIA, 2010, p. 37, grifos do autor)

Dessa maneira, o campo de referência que admite essas duas exigências, ser material e simbólico, de forma concomitante é o da linguagem. Por isso, Lacan recorre à linguística de Saussure, subvertendo a constituição do signo linguístico, para atender a lógica de funcionamento das leis do inconsciente. Logo, a modificação que Lacan aplica às teses saussurianas em relação à associação do significante (imagem material acústica) com o significado (conceito, ideia), evidenciando a prevalência do primeiro na produção do segundo, só é possível pela articulação, pelo encadeamento, pelo deslize na cadeia significante por retroatividade, isto é, na teoria lacaniana há uma primazia do significante sobre o significado na produção de sentido.

Por conseguinte, esse jogo simbólico de inscrição do sujeito sob a marca do significante cria as condições estruturais de inserção do mesmo na ordem humana, familiar e social. São as amarrações dessa estrutura de linguagem, postas em um mundo que precede a nossa chegada, a responsável pela possibilidade de advirmos enquanto pertencentes à espécie humana.

Para a psicanálise o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família ou de seus substitutos sociais ou jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.). Sem isso ele não só não se tornará humano (a espécie humana, em termos filogenéticos, não basta para fazer de um ser nela produzido um ser humano, argumento que dá sentido a palavra *humanização*) como tampouco se manterá vivo: sem a ordem familiar e social, o ser da espécie humana morrerá. (ELIA, 2010, p. 39, grifo do autor)

Entretanto, apesar de reconhecermos a dimensão social nos processos de constituição subjetiva não se trata de reduzir o sujeito do inconsciente a uma sociologia culturalista. Essa ordem familiar e social, no campo antropológico, é impregnada de valores, significações, princípios, ideologias, que responderiam pela determinação do sujeito a partir da mera interação e incorporação desses “fatores sociais”. A linguagem, nessa perspectiva, é entendida como lugar de referência e não de assujeitamento como compreende a psicanálise.

Essas vertentes de pensamento que colocam os processos de constituição do sujeito decorrentes da apropriação e interiorização de um conjunto de significados que circulam em determinada cultura não encontram respaldo na experiência analítica. Para demarcar essa diferenciação, encontramos no ensino de Lacan a categoria de grande Outro, com “O” maiúsculo, na qual o que se transmite do plano social é “o esqueleto material e simbólico dessa ordem, sua estrutura significante [...] e não significativa” (ELIA, 2010, p. 40).

Desse ponto de vista, uma das consequências que essa distinção comporta é de que a ordem significante, advogada no campo da psicanálise, implica uma estrutura simbólica furada, barrada, incompleta, enquanto a ordem significativa, defendida por outras disciplinas, aponta para a dimensão de consistência e integralidade, como se existisse o Outro do Outro.

Para situar nossa discussão, recorreremos à questão do desamparo fundamental que muitas vezes aparece nos textos freudianos e que foi tomado em alguns momentos do ensino de Lacan para justificar o caráter imprescindível do Outro, em sua função estruturante, de ordem simbólica, na relação mãe-bebê. O recém-nascido, quando vem ao mundo, necessita de cuidados de um adulto para sua sobrevivência. Em nossa cultura, geralmente, quem assume essa função é a mãe, que passa a encarnar o Outro para o bebê, ou seja, o que se transfere no desenrolar dessa relação é da ordem do significante, está para além do que a mãe pretende deliberadamente transmitir, o que ela faz ao atender as demandas do bebê é introduzi-lo no campo da linguagem.

O que chega a ele [bebê] é um conjunto de marcas *materiais* e *simbólicas* – significantes – introduzidas pelo Outro materno, que suscitarão, no corpo do bebê, um ato de resposta que se chama sujeito. O sujeito é, portanto, um ato de resposta, uma resposta dada em ato. (ELIA, 2010, p. 41, grifos do autor)

Essas marcas significantes, isto é, esse encontro com o Outro materno, responde por um ponto nodal de estruturação subjetiva que se dá em determinado momento temporal, não definido cronologicamente, exigindo algum trabalho de significação que permita o sujeito advir enquanto tal. Esse segundo momento, que é o da significação das insígnias engendradas pelas investidas do Outro materno evidencia que o tempo próprio do inconsciente é *a posteriori*. Em outras palavras, as inscrições significantes decorrentes desse encontro não determinam, *a priori*, a totalidade do sentido da existência do bebê no mundo, convocando-o a responder pelas marcas que o constituem como ser falante.

Depois dessa exposição inicial avançaremos no entendimento de como o sujeito do inconsciente, circunscrito em uma estrutura de linguagem, pode advir a partir de sua entrada no campo de ação do Outro. Muito antes de o bebê nascer, no sentido biológico da experiência, todo um campo simbólico já se encontra constituído, estruturado, ordenado em nossa cultura para recebê-lo. Há um conjunto de intenções, expectativas, planos e projetos que é endereçado àquele que vai nascer, desígnios esses que se encontram em ação muito antes do nascimento propriamente dito, e que inclusive responde pelo desejo em querer ter filhos.

Nesse sentido, a reprodução humana no plano puramente biológico não garante a existência do sujeito, pois como afirma Elia (2010), se o “sujeito é constituído, é porque, para psicanálise, ele não é inato, não é um *membro nato de seu corpo*” (p. 45, grifo do autor). Isso significa dizer que o infante, termo usado por Lacan para se referir ao bebê humano, depende inequivocamente defrontar-se com os desejos e demandas do Outro como condição para que daquele corpo pulsional possa sobrevir um sujeito.

Apesar de nossa condição de ser vivo, de animal dentre as demais espécies biológicas e, portanto, portador de necessidades fisiológicas essenciais para a manutenção da vida e sobrevivência da humanidade, não podemos reduzir o conceito de sujeito à dimensão orgânica, em uma concepção inatista, baseada na programação genética do organismo. Por isso, é importante pontuar o corte estabelecido entre a espécie humana e as demais espécies animais em função de nossa existência ser atravessada pela linguagem.

O momento da necessidade não faz parte da história do sujeito, e, do ponto de vista desta história, esse momento só pode ser *mítico*. Se nascemos com necessidades,

nunca a experimentamos pura ou diretamente, ou seja, sem a mediação da linguagem. A vida biológica é, como tal, excluída da experiência do sujeito, que só se relacionará com ela por intermédio da linguagem, o que evidentemente a modifica, a pulveriza, a fragmenta. (ELIA, 2010, p. 45-46, grifo do autor)

Obviamente, a psicanálise não desconsidera a vida biológica, os processos evolutivos pelas quais nossa espécie foi submetida, ou a existência de um organismo comandado por leis fisiológicas, nem afirma que as alternâncias e transformações que acometem esse corpo biológico não afetam o sujeito, porém compreende que a experiência que temos de nosso organismo, de suas necessidades, competências, habilidade ou enfermidades, nós só a temos recortada pelo significante, impregnada de significação e sentido, ou seja, o humano por ser marcado pela linguagem singulariza a representação sobre o próprio corpo.

Dessa forma, um conceito central atribuído à espécie humana, o instinto, que se popularizou com o advento de uma nova área do conhecimento, a etologia, ramo da biologia especializada no estudo do comportamento animal, é questionado do ponto de vista psicanalítico. Apesar da tradução equivocada do termo *tribe* (pulsão) na obra de Freud por *instinto* como equivalentes, a psicanálise não reconhece esse fenômeno no humano como sendo idêntico ao que se passa nas demais espécies animais.

A pulsão é o nome do conjunto de efeitos que a linguagem perpetra no instinto (estrago ou montagem, pouco importa). Não há, assim, experiência instintivamente no ser humano, no sujeito, mas experiência do instinto fragmentado e remodelado pelo significante, que é a pulsão. (ELIA, 2010, p. 47)

Desse ponto de vista, Elia (2010) prossegue afirmando que a psicanálise não é nem naturalista nem culturalista, pelo contrário, ela buscou ir aos confins da relação da natureza com a cultura, enquanto realidades que abarcam o homem, para evidenciar não o ponto de junção, de correspondência entre elas, mas sim de uma intersecção vazia que amarra, sem continuidade, essas duas dimensões da experiência humana, encontrando aí o que é da ordem do inconsciente.

Essa descontinuidade entre o biológico e o cultural que a psicanálise indica para pensar o sujeito do inconsciente comporta uma noção de falta. Com isso queremos dizer que durante o processo de subjetivação a falta é um traço constitutivo do sujeito, é um elemento de estruturação subjetiva, tem relação com a passagem pelo Édipo, não sendo um fenômeno natural, e tampouco cultural, já que ambas carecem de uma teoria definitiva que explique tal fato. A constituição do sujeito requer um ato para se fazer como falta, a saída da posição de

objeto exige um trabalho por parte do mesmo, por isso o sujeito “é o correlato ativo da falta” (ELIA, 2010, p. 48).

Esse aparente paradoxo, da falta como fundante do sujeito, tem relação com a nossa condição de seres de linguagem. Se o bebê enquanto animal mamífero tem necessidades biológicas, por exemplo, sente fome e reivindica a presença da mãe para amamentação com um choro ou grito, ela só pode o atender dentro do campo da linguagem. O leite materno para saciar a fome do bebê só pode ser oferecido pela mãe desse lugar de linguagem, na qual esse objeto de necessidade para nossa espécie adquire status de objeto de desejo por estar recoberto pelo universo simbólico. Essa satisfação da necessidade do bebê se descaracteriza como puro natural para o humano, ficando registrada no psiquismo uma experiência mítica de satisfação.

Dizer que o sujeito registra, representa essa experiência, é dizer que ele a perde como natural, e Freud é claríssimo ao afirmar que o psiquismo procurará reencontrar o objeto segundo as linhas em que ele foi registrado psiquicamente. Ele denomina essa busca como desejo. (ELIA, 2010, p. 51)

Assim, se o bebê visa o seio materno em busca do leite, ele o recebe da mãe que está irreversivelmente introduzida no campo da linguagem. Essa condição do Outro materno faz com que o infante passe a não mais desejar simplesmente o leite, pois o objeto da necessidade foi transmutado em objeto de desejo por ação do significante. Dessa maneira, o bebê exigirá não apenas o leite quando tiver fome, mas a presença da mãe também, o que revela sua entrada na ordem do desejo. Nesse sentido, a partir do momento em que o bebê reivindica a “presença do Outro como tal, como capaz de atender à necessidade, é essa a essência da demanda” (ELIA, 2010, p. 52).

Portanto, ao considerarmos a questão da demanda abre-se a dialética da relação do sujeito com o Outro, entendida como desejo do desejo do Outro, expressa na mobilização em direção a um objeto que, no entanto, é desconhecido, faltoso, perdido. Esse objeto que pode habitar qualquer objeto em geral e, ao mesmo tempo, não reduzir-se a nenhum, estando sempre em desacordo com o desejo a qual ele se vincula foi nomeado por Lacan de objeto a, objeto causa do desejo do sujeito.

Vale aqui fazer uma distinção entre objeto do desejo e objeto causa do desejo. O primeiro aproxima-se da ideia de um objeto enquanto alvo do desejo do sujeito em função de algum atributo ou marca de significação que faz com que o desejo se volte para determinado

objeto em busca de uma satisfação momentânea, já o segundo indica uma condição estrutural do desejo, aquilo que determina a origem e sustenta o funcionamento do desejo, isto é, em termos psicanalíticos, a impossibilidade de o Outro responder adequadamente à demanda do sujeito, promovendo um deslocamento metonímico incessante do desejo.

A “mentira estrutural” da demanda consiste em fazer crer que ela é formulada para ser satisfeita. Na medida em que a demanda articula pela linguagem as necessidades do sujeito, ela promove o desprendimento dos objetos que, só suposta e aparentemente, seriam por ela demandados. Em sua verdadeira estrutura, a demanda já é, de saída, habitada pelo desejo, que a atinge com a marca da impossibilidade de satisfação. (ELIA, 2010, p. 55)

Além disso, podemos dizer que o sujeito nunca sabe exatamente o que se deseja, não é possível ter acesso à realidade “verdadeira” do desejo, em uma tentativa de satisfazê-lo em absoluto. O que garante a existência do sujeito, em sua vertente desejante, é justamente a não coincidência entre aquilo que é o alvo e a causa do desejo. Isso acontece porque o desejo não pode ser completamente formulado em palavras, concebido no campo da simbolização, há algo ali que resiste à representação. Nessa perspectiva, Lacan (1998, [1966]) afirma:

longe de ceder a uma redução logicizante quando se trata da questão do desejo, encontramos na sua irredutibilidade à demanda a própria fonte do que sempre o impede de ser remetido à necessidade. Colocando de maneira elíptica: é precisamente porque o desejo é articulado que ele não é articulável. (p. 804)

Isso quer dizer que nem tudo que é articulado no nível do sistema inconsciente encontra correspondência no registro do simbólico, isto é, há algo na estrutura do desejo que permanece no plano do inefável, que não é articulável pelo sujeito. Porém, a despeito do fato do desejo ser articulado sem a vontade deliberadamente consciente do sujeito, sem o seu arbítrio, apartado de uma racionalidade lógica, não podemos desconsiderar que há uma escolha ativa por parte do sujeito que se encontra inconscientemente implicado com as marcas do seu desejo.

O sujeito da psicanálise, portanto, inscreve-se no campo da linguagem, é efeito do discurso do Outro, está marcado por um desejo estruturalmente recortado pelo significante, situação que o caracteriza como incompleto e faltoso. É um sujeito constituído à revelia da consciência, que se desdobra para além de fatores biológicos e culturais, circunscrito em leis que regem o fenômeno do inconsciente.

1.3 Sujeito adolescente: os impasses no encontro com o Outro

Depois de apresentarmos o processo de constituição do sujeito na teoria psicanalítica, sob a égide do conceito de inconsciente, faremos uma discussão a respeito de um período particular da vida do homem contemporâneo, isto é, a invenção da adolescência. Esse recorte justifica os propósitos de nosso trabalho, pois irá indicar a hipótese de uma relação entre os impasses da adolescência e o uso de drogas como uma das saídas encontradas pelo sujeito para aplacar o mal-estar proporcionado pelas novas demandas do Outro, caracterizando o que chamaremos de sujeito toxicômano.

A adolescência, portanto, é uma invenção relativamente recente na história das sociedades modernas. Segundo Coutinho (2005), o conceito de adolescência surge na cultura ocidental, no sentido mais próximo do que conhecemos atualmente, no início do século XX, designando um enigma relativo à passagem da infância para a vida adulta no contexto da consolidação do individualismo, cujo marco histórico é a Revolução Francesa, na qual a cada indivíduo é delegada a responsabilidade de administrar seu próprio destino, encontrando seu lugar no laço social da maneira que lhe for preferível ou possível.

Contudo, a adolescência se estabelece definitivamente na década de 1960 com as reivindicações dos movimentos libertários, tais como, a contracultura estadunidense, a atuação do movimento feminista, a luta pelos direitos civis dos negros, o surgimento da pílula contraceptiva, o aparecimento da calça jeans, bem como a difusão do discurso midiático de “sexo, drogas e *rock and roll*”. Toda essa efervescência político-cultural promoveu uma revolução nos referências e nos modelos consagrados de ideais e condutas transmitidos entre as gerações, anunciando mudanças no modo de organização do laço social. Nesse contexto, Calligaris (2000) entende a adolescência como

um mito, inventado no começo do século XX, que vingou sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. A adolescência é o prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam. Ela é uma das formações culturais mais poderosas de nossa época. Objeto de inveja e de medo, ela dá forma aos sonhos de liberdade ou de evasão dos adultos e, ao mesmo tempo, a seus pesadelos de violência e desordem. (p. 9)

Com efeito, a adolescência se tornou um ideal cultural, isto é, as crianças buscam precocemente chegarem nela, enquanto os adultos resistem em abandoná-la. Isso acontece porque a adolescência abriga as expectativas de realização das ambições e aspirações de vida

que, geralmente são negadas às crianças, e porventura foram frustradas na vida adulta. Daí a vontade dos adultos em querer permanecer o maior tempo possível em uma fase identificada com a juventude, beleza, diversão e felicidade.

Calligaris (2000) acredita que os adultos encontraram nos adolescentes uma imagem mais plausível e praticável dos prazeres e satisfações que eles teriam perdido em suas vidas de adultos. Dessa forma, a adolescência ocupa um lugar de fetiche para todas as idades, inclusive para o próprio adolescente, que é empurrado pelo olhar admirativo dos adultos a se tornar cada vez mais a cópia de seu estereótipo, o que garante a centralidade do modo de ser do adolescente em nossa cultura, isto é, o lugar dos sonhos dos adultos.

Voltando a questão dos impasses que esse período impõe ao sujeito adolescente, encontramos no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1996, [1905]) de Freud uma análise sobre as peculiaridades desse momento em que ele denominou de puberdade. O texto mostra que a puberdade é marcada por transformações repentinas e drásticas que afetam o corpo biológico e o psiquismo, na qual o sujeito se vê obrigado a adotar um novo posicionamento frente às mudanças das moções pulsionais que na vida infantil satisfaziam-se autoeroticamente, e agora, passam a investir em outros objetos, forçando um encontro com o sexual.

Nessa linha de pensamento, Rassial (1997) caracteriza a adolescência como um período de fragilização dos referenciais simbólicos. O Outro está em crise, mostra-se barrado, não responde adequadamente, exigindo do sujeito adolescente a função de assumir outra posição subjetiva que na infância parecia estabilizada. Alberti (2009) avança dizendo que a maturação sexual do organismo, devoto de uma transformação no nível das pulsões, provoca novas percepções e sensações, sobretudo em direção à genitalidade, sendo necessário refazer o conhecimento que se tem sobre o próprio corpo, que se tornou para o sujeito adolescente desconhecido, pois ele não sabe se servir dele, o que provoca angústia e o receio de cometer faltas quanto a sua sexualidade.

Nesse sentido, a maturação biológica do organismo expõe e prepara o sujeito adolescente para o ato sexual, que comporta o desenvolvimento de características específicas em ambos os sexos, na qual a mais destacada é a ereção do pênis nos rapazes e a umidificação da vagina nas moças. Freud (1996, [1905]) ao abordar a puberdade ressalta o papel preponderante da “vida psíquica” na dinâmica da sexualidade humana, tratando de temas

como a barreira do incesto, os desdobramentos do circuito pulsional no Édipo, o percurso da libido nos processos de escolha objetal, a diferença entre os sexos, etc.

Assim, a chegada da adolescência traz consigo as marcas próprias da passagem pelo Édipo, colocando em cena a questão da autoridade, do reconhecimento pelo Outro, das fantasias incestuosas, da promessa de satisfação sexual, do lugar do sujeito nas tramas do laço social. Dessa maneira, na medida em que a adolescência avança, o enquadramento familiar vai cedendo espaço para relações mais amplas, impondo ao sujeito “o mais importante dos trabalhos psíquicos, mas também o mais doloroso da época da puberdade, o desligamento da autoridade dos pais. Esse desligamento produz a contradição, tão importante para a evolução cultural, entre a nova geração e a antiga” (FREUD, 1996, [1905], p. 234).

Certamente, a dificuldade de sustentar imaginariamente o Outro para os adolescentes é responsável por esse afastamento da figura dos pais. Pois, se para as crianças os pais conseguem encarnar com sucesso a condição de detentores do saber e imortais, sendo capazes de responder, de um modo estruturante, os anseios, desejos e demandas delas, o mesmo não podemos dizer com relação aos adolescentes, que percebem que os pais são falíveis e, portanto, não podem mais ser as referências últimas e ideais de outrora. Nas análises de Rassial (1997), isso trará duas consequências imediatas

Primeiro, ele modificará radicalmente a relação do adolescente com seus pais, o alcance e o estilo de suas demandas, de suas queixas, de suas reivindicações; segundo, relançará a questão de um Outro referente último que seja dessa vez infalível e que possa garantir eficaz e duravelmente sua identidade ao adolescente. (p. 79)

Esse caráter decepcionante dos pais funciona para o sujeito adolescente como um empuxo na busca de novos modelos de identificação, produzindo um questionamento sobre a representação de si, sobre os valores e convicções herdados da família, sobre a necessidade de se integrar a um novo corpo sexuado, enfim, a procura por outros referenciais oferecidos em nossa cultura na construção de uma identidade mais estável e permanente, tais como, Deus, o professor, um ídolo das artes ou dos esportes, um irmão ou amigo mais velho.

Contudo, essa transição dos processos de identificação familiar para o social convoca o sujeito adolescente a bordejar o real por via do registro do simbólico, reinventando novos sentidos diante do impossível da relação sexual. Muitas vezes, sem suporte significativo, a angústia irrompe perante “o real da puberdade, entendida como mudança corporal que fura o simbólico e ameaça todo aquele que se defronta com ela. Defrontar-se com a puberdade é

fascinante, mas implica uma gestão do gozo que permita enfrentar essa angústia” (ALBERTI, 2009, p. 29).

No passado, nas civilizações ditas primitivas, havia os mais diversos ritos de passagem, cuja função era introduzir o jovem em uma estrutura simbólica própria à cultura de seu povo, como meio de transmissão das tradições a cada novo membro que alcançasse determinada idade. Eram elementos de atribuição de sentido, de manutenção de uma ordem simbólica das quais a contemporaneidade carece, o que ocasiona uma dificuldade na criação de saídas ou meios de ponderação dos impasses que surgem no confronto com o Outro, com o real impossível de representar.

Na realidade, a adolescência questiona o registro do simbólico como tal, isto é, do que, até então, era suficiente para todo questionamento do sujeito, e que passa a não bastar para dar conta do real. Assim, o adolescente se põe efetivamente a questionar o simbólico ou o evita. (ALBERTI, 2009, p. 33)

Rassial (1997) comenta que a operação do processo adolescente não é um simples tempo de acomodação egóica e imaginária, mas algo mais amplo e que afeta todas as instâncias psíquicas (isso, eu e supereu), em todos os níveis de registro (imaginário, simbólico e real), e seus modos de enlaçamento nodular. Ou seja, o adolescente “descobre” que não há uma verdade última que explique tudo, forçando a produção de saber singular implicada com sua história de vida, que o objeto faltoso do desejo se mostra cada vez mais impróprio à completude do Outro, por fim, que a satisfação sexual é sempre parcial, em função de nossa condição de sujeito castrado.

Essa questão do Outro incompleto, barrado, furado, tem consequências para a orientação do sujeito no laço social, uma vez que “o núcleo do eu é o Outro, ou seja, é por meio desse que ocorre a constante atualização da imagem do sujeito. É a partir dessa relação especular que o adolescente passa, inclusive, a reconhecer-se” (CARNEIRO, 2008, p. 6). Nesse sentido, os discursos enunciados pelo Outro tem efeitos sobre o sujeito, trazendo implicações de toda ordem, por isso é importante discutirmos que práticas discursivas vigentes recaem sobre os adolescentes na contemporaneidade.

Coutinho (2005) assinala que a sociedade contemporânea está assentada de acordo com os princípios de individualidade e liberdade extremas, na qual há uma desvalorização das tradições, das grandes ideologias históricas, da autoridade das instituições, demonstrando uma fragilidade nas amarras do laço social. O que está em voga em nossa cultura é uma vida

concebida de forma permissiva e hedonista, em que se valorizam os excessos e desmesuras como modo radical de exercer o ideal de independência.

Nesse contexto, o que se observa é a inoperância da Lei, daquilo que a psicanálise chama de função paterna, evidenciando a debilidade do Outro na promoção da castração. Essa fragilização da figura do pai dificulta uma sustentação simbólica que propicie a efetivação da operação adolescente, isto é, a invenção de possíveis saídas que respondam aos impasses da adolescência.

De fato, o declínio da função paterna, confirmado no laço social, torna particularmente difícil a efetivação da operação adolescente, ao mesmo tempo em que impõe a sua necessidade cada vez mais precocemente. Assim, a clínica do adolescente nos informa imediatamente sobre a clínica do sujeito moderno [...]. É a adolescência que vai validar a aptidão do sujeito a se inventar novos nomes-do-pai (por exemplo, a profissão que o nomeia), ou, ao contrário a se aniquilar diante da injunção de responder a isso. (RASSIAL, 2000, p. 90)

O pai no sentido psicanalítico não é o pai biológico, é uma função simbólica, que aparece como elemento terceiro na relação mãe-bebê, na situação edipiana, promovendo um corte nessa relação dual, subordinando todos à lei da castração. Dessa forma, a função do pai é impedir a alienação do filho em relação ao desejo da mãe, é impor uma restrição à satisfação plena, conferindo ao infante sua condição de sujeito incompleto, faltoso, por fim, desejante.

A função paterna é o que registra e instala o sujeito no campo da linguagem. É o Nome-do-Pai, enquanto nomeação, marca significativa, modo de inscrição do sujeito no mundo, que ordena no humano uma lei que não obedece a uma lógica pré-estabelecida; pelo contrário, por operar no nível inconsciente essa lei produz efeitos enigmáticos quanto à articulação e implicação ética do desejo do sujeito.

Com efeito, é a partir dessa condição de sujeito castrado, desejante e inconsciente que se estabelece o encontro com o Outro, em que emerge os dilemas frente aos ditames e demandas que essa relação encerra. O confronto com o Outro implica suportar a impossibilidade de adequação entre ele e o sujeito, o impasse entre acolher ou recusar o que se articula na ordem do desejo, o desconhecimento do que se espera desse encontro, bem como a criação de sentidos que garanta a existência do sujeito enquanto tal.

Assim, a queda da função paterna na contemporaneidade traz como consequência um afrouxamento das instâncias reguladoras dos modos de gozar, a lei parece falhar, há uma ausência do interdito do incesto, do objeto proibido, na qual a fronteira que separa o sujeito do

Outro se encontra desmontada. Coutinho (2005) analise os reflexos da falência do pai simbólico sobre a adolescência.

A pulverização do simbólico na sociedade contemporânea complexifica bastante a apropriação do laço social pelo adolescente, seja a partir do pai como referência interna à família, seja a partir de outras figuras de referência simbólica no plano da cultura. Sem pontos de ancoragem evidentes para o ideal do eu, que propiciem novas identificações, torna-se mais difícil para o adolescente fixar para si próprio um ideal que lhe sirva de referência para encontrar possíveis meios de escoamento libidinal. (p. 20)

Isso quer dizer que a inconsistência do laço social tem raízes no enfraquecimento dos referenciais simbólicos, tornando opacas as investidas do Outro, isto é, o sujeito adolescente não sabe como agir e atuar em sociedade uma vez que se encontram confusas as demandas endereçadas a ele. Nesse contexto, uma das saídas encontradas pelo adolescente, seja qual for a motivação, pode ser uma vinculação ao mundo das drogas, pois essa prática do consumo de drogas é capaz de afastar o campo de ação do Outro, velando ou desmentido a dor de existir, o mal-estar na cultura.

CAPÍTULO II

O FENÔMENO DA TOXICOMANIA COMO SINTOMA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

2.1 A drogadição como resposta ao mal-estar na contemporaneidade

Os impasses que o período da adolescência impõe ao sujeito ao confrontar-se com as novas demandas do Outro podem encontrar no consumo de drogas respostas para os conflitos decorrentes dessa travessia para a vida adulta desencadeando um processo de toxicomania. Dos consumidores esporádicos de bebidas alcoólicas, aos viciados em psicotrópicos sem receita médica, passando por aqueles que adotam diferentes estratégias de uso de substâncias sintéticas, o que se observa é a existência de um mercado bem estruturado e lucrativo, legalizado ou não, capaz de sustentar uma oferta frequente e diversificada de drogas direcionada a obtenção de prazer e a supressão do sofrimento, driblando assim, as adversidades inerentes à vida.

Em “O mal-estar na Civilização”, Freud (1974) discorre sobre as aspirações do homem em busca de uma vida plena de felicidade apartada de qualquer inconveniente que possa gerar desprazer.

O que pedem eles [os homens] da vida e o que desejam nela realizar? A resposta mal pode provocar dúvidas. Esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer. Essa empresa apresenta dois aspectos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, a experiência de intensos sentimentos de prazer. (p. 94)

O autor aponta que uma felicidade inesgotável, enquanto propósito de vida, implica a realização do programa do princípio do prazer, que coloca a satisfação pulsional como determinante do funcionamento do aparelho psíquico. Entretanto, o antagonismo fundamental existente entre as exigências pulsionais do sujeito e as restrições impostas pela civilização impede a satisfação plena das pulsões, configurando nossa existência em um mal-estar irremediável, em função do qual “ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja feliz não se acha incluída no plano da Criação”. (1974, [1929], p. 95)

Desse modo, pelas condições próprias que a realidade social se apresenta se torna

inalcançável essa meta de satisfação constante, sendo possíveis apenas manifestações episódicas de felicidade. Essa impossibilidade decorre da estrutura constitutiva do aparelho mental, que funciona segundo contrastes de estados psíquicos (estímulos endógenos/exógenos, tensão/descarga, prazer/desprazer) que se alternam de acordo com as vicissitudes para a manutenção da vida humana. Ou seja, é incompatível com a nossa existência um prolongamento perene do prazer.

Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas. Assim, nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. (FREUD, 1974, [1929], p. 95)

Contudo, a despeito do impossível da satisfação pulsional irrestrita de todas as nossas necessidades não podemos abandonar nossos esforços em busca da felicidade, pois é esse prazer precíval que mobiliza e impulsiona a vida em torno de uma eterna reconquista desse estado de satisfação. Certamente há muitos caminhos que podem ser tomados para obter prazer e evitar o desprazer, porém nenhum dos percursos assumidos será capaz de garantir uma gratificação plena, pois a felicidade “constitui um problema da economia da libido do indivíduo. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1974, [1929], p. 103).

Desse ponto de vista, em que não é possível evitar em definitivo o desprazer, Freud sinaliza as três maiores fontes de sofrimento que cada um de nós está destinado a enfrentar na vida: o falecimento do próprio corpo, as forças destrutivas provenientes da natureza e, finalmente, o relacionamento entre os homens. Assim, ao reconhecer os infortúnios proporcionados pela vida, o pai da psicanálise ressalta os meios empregados pelo sujeito para burlar a dor de existir, lançando mão de medidas paliativas, tais como, os derivativos poderosos, as satisfações substitutas e o uso de substâncias tóxicas.

Segundo Santiago (2001), dentre os derivativos poderosos podemos citar a atividade científica que efetuou um vertiginoso controle sobre as leis que regem a natureza e promoveu importantes descobertas no campo da saúde, elevando a qualidade e a expectativa de vida humana. A invenção da ciência, portanto, representada pelo engajamento da comunidade científica na produção de conhecimentos nas mais diversas áreas, seria uma tentativa de extrair de nossa fatídica condição de sujeitos mortais alguns feitos ou realizações que podem orgulhar e dignificar nossa existência.

A arte e a religião constituem, na visão do autor, exemplos paradigmáticos do regime de satisfações substitutivas forjadas pelo homem enquanto saídas para lidar com as desventuras do processo civilizatório. Logo, a satisfação na arte é fruto da distorção da realidade que o trabalho artístico promove ao transpor artificialmente os objetos das pulsões de seu alvo de tal modo que alcance a satisfação pelos processos de sublimação.

A religião, ao contrário, apresenta-se como um método vital menos exigente que a arte. Ao rebaixar o valor da vida, forçando seus adeptos a um infantilismo psíquico, ela impõe um caminho único que todos devem seguir para alcançar a felicidade. Ao responder o sentido último da vida humana, a satisfação na religião opera no partilhamento de um delírio coletivo que poupa numerosos sujeitos de uma neurose individual.

Entre essas medidas paliativas que visam amenizar o mal-estar e encontrar a felicidade, figura, enfim, o uso de drogas.

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tantos indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois, sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações”, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. (FREUD, 1974, [1929], p. 97)

Nessa perspectiva, Santiago (2001) entende que o uso de drogas ao agir sobre o próprio corpo modifica as condições de sensibilidade do mesmo a ponto de torná-lo invulnerável a qualquer sensação desagradável, ou seja, no consumo de drogas o que importa é sua eficácia sedativa, seu efeito de remédio, sua função de afrontar o mal-estar na civilização. É uma tentativa de tratar quimicamente o embaraço das marcas do desejo.

Dessa forma, a droga atua sobre a economia libidinal do sujeito promovendo um alívio da ação de inibição edificada pelas barreiras do recalque que o constituiu, sendo capaz de desvencilhar das pressões e injunções conferidas pela repressão psíquica, mesmo que de forma precária e momentânea, situação que proporciona ao toxicômano um visível ganho de prazer, uma solução provisória aos limites impostos pela castração.

No entanto, a evitação do desprazer em prol do saciamento das moções pulsionais não ocorreria de forma impune para o sujeito como atesta Freud: “uma satisfação irrestrita de todas as nossas necessidades apresenta-se-nos como o método mais tentador de conduzir

nossas vidas; isso, porém, significa colocar o gozo antes da cautela, acarretando logo seu próprio castigo” (1974, p. 96). Assim, a civilização restringe o livre percurso de gratificação das pulsões submetendo a sexualidade humana a uma drástica mutilação, que inicia em tenra idade, ao proibir a escolha incestuosa de objeto na situação edípiana.

Há um paradoxo irreduzível entre as demandas da vida sexual do homem e as restrições necessárias para a consolidação da vida em sociedade que exige sacrifícios e certa renúncia pulsional. Essa privação a que estamos subordinados caracteriza o conflito insolúvel que civilização alguma será capaz de superar por mais desenvolvida que supõe se encontrar. O uso de drogas aferra-se na busca pela restituição dessa parcela de prazer perdida ou negada que o usuário insiste em recuperar sem saber a quem reivindicar.

Ao pensar essa problemática na contemporaneidade, Ribeiro (2003) acredita que a denegação do mal-estar pelo toxicômano tem raízes na difusão de certos ideais que fundamentam nossa cultura atual, quais sejam, a independência que enfatiza o valor da individualidade, a preocupação consigo mesmo, o culto às felicidades particulares e a deserção do espaço público, bem como o ideal de autonomia que engendra novas formas de construção do laço social, baseado na insubmissão e no fortalecimento da vontade e das liberdades pessoais.

Nesse sentido, o surgimento de novos paradigmas na conjuntura social reverbera-se nos processos de produção de subjetividades que interrogam as modalidades tradicionais de relacionamento e inserção na sociedade. Parece estar ausente na atualidade um fundamento, um saber, uma verdade comum que explique, ordene, legitime certa amarração simbólica, outrora atribuída às tradições ou à religião, que assegure o funcionamento da sociedade.

Se existe algo que garanta a coesão social, algo que possa ser chamado de ‘laço fundamental’, este algo são as relações de dependência enquanto expressões de uma reciprocidade permanente, e necessária, para a maioria dos membros de um grupo. Trata-se, portanto, de uma dependência estrutural e estruturante em relação ao Outro (universo simbólico) e aos outros (com os quais estabelecemos nossas trocas). (RIBEIRO, 2003, p. 14)

Em outras palavras, nossa condição de sujeito de linguagem, imerso em uma estrutura simbólica, expõe um inevitável encontro com o Outro (tesouro de significantes), que engendra as possibilidades de criação de significação e produção de subjetividade na esfera social. É na relação de dependência com esse Outro, sempre barrado, que se fundamenta toda a lógica de

funcionamento da vida humana, de manifestação do inconsciente, de estruturação do homem enquanto tal.

Todavia, o autor aponta para uma radicalização do individualismo que visa afastar o campo de ação do Outro, o que demonstra uma contradição que o sujeito contemporâneo parece negligenciar. Simultaneamente, a ambição em querer exercer sua subjetividade livre de qualquer relação de dependência, na tentativa de realizar um ideal narcísico de autossuficiência, o sujeito busca um reconhecimento social que testemunhe seu valor, ou seja, ao mesmo tempo em que se acredita prescindir do Outro esbarra na inevitável necessidade de admitir sua relevância, pois é do Outro que vem a significação de nossa existência enquanto sujeitos de linguagem.

Desse modo, na concepção de Ribeiro (2003), a toxicomania pode ser entendida como uma afirmação desse ideal de liberdade exacerbado que exclui o Outro como parceiro possível na regulação do gozo, pois reconhecer que o nosso desejo é o desejo do Outro seria a própria negação desse ideário, já que o Outro é responsável por delimitar, manejar, fazer bordas na dinâmica do campo do gozo. Entretanto, ao recusar a mediação do Outro, para fazer valer o triunfo da independência, sempre efêmera, o sujeito toxicômano torna-se refém de alguma forma de dependência, qual seja, o consumo incessante de drogas.

Essa forma de dependência representa a dificuldade dos toxicômanos em transitar na dualidade alienação/separação enquanto processo pela qual nos constituímos, ficando preso ao momento inaugural da sexualidade, que é o modo de satisfação autoerótica. Logo, o ideal narcísico de gozo impõe ao toxicômano um bloqueio da via metonímica de deslocamento do objeto de desejo, enclausurando-o em uma modalidade de gozo mortífero que não oscila em busca de novas maneiras de satisfação.

Enfim, esse modo de satisfação autoerótica vai ao encontro dos imperativos sociais de liberdade e independência extremas inscritos na cultura contemporânea, na qual o sujeito toxicômano é um dos seus mais fiéis representantes na medida em que objetiva escapar ao confronto com a castração, aos inconvenientes demandados pelo Outro, no intuito de apaziguar a angústia e o sofrimento provocados pelo mal-estar na atualidade.

Veremos como os discursos da tecnociência e do capitalismo, por sua hegemonia na estrutura social, têm relação com essa configuração do sujeito contemporâneo, cuja marca é neutralizar as investidas do Outro, tendo no consumo de drogas um meio para alcançar tal objetivo. Esse encobrimento, esse eclipse que ocorre entre o sujeito e a droga, demonstra uma

desregulação nos modos subjetivos de satisfação, provocados pela inversão da lei de castração por um imperativo de gozo.

2.2 Os efeitos do discurso da tecnociência sobre os modos subjetivos de satisfação

O discurso da ciência, agora unido à tecnologia, tornou-se hegemônico na esfera social, assumindo um lugar de respostas que insinua a completude do Outro, sendo responsável pela produção e difusão de saberes, tomados enquanto verdades, que visam suprimir a falta, instigando a onipotência para desbancar nossa condição de sujeito barrado. Assim, em “A ciência e a verdade” (1998, [1966]), Lacan afirma que “a psicanálise é [...] uma práxis que não implica outro sujeito senão o da ciência” (p. 878), ou seja, o sujeito da psicanálise e da ciência são o mesmo, o que não significa que operem no mesmo campo.

A diferença entre a psicanálise e a ciência é que a primeira toma o sujeito como material de seu trabalho, enquanto a segunda, por princípio, exclui, foraclui o sujeito. O discurso da ciência rejeita o sujeito, ou seja, ela não se questiona sobre o desejo do cientista e ignora os efeitos provocados no pesquisador pelo objeto de sua pesquisa. (NASIO, 1993, p. 80)

Dessa forma, o sujeito introduzido pela ciência é excluído de seu próprio campo de operação, cabendo à psicanálise a tarefa de incluí-lo, porém não mais como o sujeito cartesiano da filosofia clássica, epistêmico, cognoscente, puramente racional, e sim subvertido em sujeito do inconsciente. O papel atribuído à ciência consiste em sulcar o real, recobrando com seus dispositivos simbólicos a opacidade que os fenômenos da natureza resistem em revelar, portanto, a ciência configura-se como campo das representações, da designação, na qual o que não pode ser nomeado fica fora de seu campo de atuação. A psicanálise em contrapartida, apesar de também operar ao nível do simbólico, reconhece a debilidade desse registro, permitindo que o furo no real da estrutura psíquica apareça e seus efeitos sejam reconhecidos. Ou seja, o sujeito da ciência é destituído de significação; sem predicado, parece estar ausente no universo da linguagem.

Ele não é mortal nem imortal, puro nem impuro, justo nem injusto, pecador nem santo, condenado nem salvo; não lhe convirão nem mesmo as propriedades formais que durante muito tempo havíamos imaginado constitutivas da subjetividade como tal: ele não tem nem Si, nem reflexividade, nem consciência. (MILNER, 1996, p. 33)

Nesse contexto, Dor (1989) ressalta que é no interior do discurso científico que “o sujeito do inconsciente está mais ou menos amordaçado” (p. 128). Pois, o sujeito da ciência ao decretar por e para si mesmo a possibilidade de alcançar um saber totalizante, se ilude e se aliena quanto a essa verdade foracluindo o sujeito da psicanálise, que é barrado, dividido, descontínuo, isto é, está alheio à intenção de seu discurso, desconhece a realidade de seu desejo, é refém de um saber insabido, é então, sujeito do inconsciente. Desse ponto de vista, ainda que o êxito da atividade científica possa bordejar o real por vias do trabalho simbólico, há algo que resiste a esse empreendimento que a psicanálise denominou de a Coisa, das *Ding*, uma rede de conceitos que aponta para o impossível, a falta, o sem sentido, o real, que coloca para a ciência um obstáculo intransponível. Dessa maneira, ao contemplar em seu discurso a dimensão do sujeito, a psicanálise pauta-se na verdade como não-toda e aposta na articulação da cadeia significante como estratégia para se aproximar da lógica do inconsciente.

Nessa vertente, Santiago (2001) analisa a invenção de uma noção de droga no plano do saber pelo discurso da tecnociência. O autor acredita que não há droga na natureza, tal como a ciência faz crer, na qual a existência de elementos tóxicos em determinadas espécies vegetais, por exemplo, fossem suficientes para definir o que é droga. Para a psicanálise, não há uma concepção de droga que não seja relativa ao contexto discursivo no qual ela se enuncia em função da nossa condição de seres falantes, sujeitos de linguagem. Portanto, qualquer estudo do uso de drogas deve começar pelo fato de que substâncias produzidas no interior das áreas de pesquisa da farmacologia ou bioquímica são, enquanto tais, passíveis do empreendimento da linguagem e, conseqüentemente, suscetíveis de diferentes modalidades de efeitos de sentido, no campo do saber.

Por conseguinte, é preciso distinguir o trabalho do cientista como prática institucional do impacto do saber científico no mundo, e é este último aspecto que interessa à psicanálise, pois circunscreve a atividade científica como produtora de discursividade. A ciência, vista por esse prisma, é incapaz de controlar o que ela engendra enquanto discurso, isto é, como forma de saber capaz de transformar mudanças na estrutura do laço social e, por extensão, no plano da subjetividade.

Nessa perspectiva, discurso no campo psicanalítico constitui “um certo número de relações estáveis, no interior dos quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas” (LACAN, 1992, [1969-1970], p. 11).

Essa concepção lacaniana de discurso é muito útil para pensar a reconfiguração do laço social em cada época de acordo com as conjunturas discursivas hegemônicas instauradas ao longo do tempo, que regulam, transformam, modificam as manifestações subjetivas, as produções sintomáticas, as modalidades de gozo, condicionadas pelos desdobramentos relativos à linguagem.

São as práticas discursivas, enquanto forma de resposta sobre aquilo que é do real, que articula e reproduz no sujeito toda sorte possível de viver a realidade social, isto é, o processo civilizatório não existe como fenômeno natural. Isso implica dizer que a multiplicidade de significados, o caráter polissêmico dos enunciados, que o conceito psicanalítico de discurso pressupõe presta-se a efeitos de sentido que escapam as normas da ciência. Nessa lógica, Santiago analisa a tentativa de o discurso científico apreender a experiência da droga:

É a ciência, trabalhando a correlação do significante com o referente, que estabelecerá o parâmetro de toda pesquisa sobre a significação da droga. Sabe-se que, na escrita da ciência, o simbólico está reduzido à marca da pura diferença e pressupõe, pois, a exclusão radical desse jogo de sentido simbólico. A ciência interrompe e fixa, à maneira de um ponto de estofo, a fuga ininterrupta do sentido. Enquanto símbolo, a droga, não pode senão confirmar a inadequação de qualquer analogia em dar conta do que é do real. (2001, p. 24)

Seguindo essa corrente de pensamento, podemos dizer que nenhum segmento da realidade social, droga ou qualquer outra coisa, tem existência em si para o humano, uma vez que nenhum elemento da realidade, concebida como material/objetiva, pode ser levado em conta sem a mediação da linguagem. Desse modo, por considerar o sujeito do inconsciente, imerso em uma estrutura languageira, é impossível falar de uma relação simétrica, imediata, instantânea com essa realidade dita exterior.

A construção freudiana do aparelho psíquico reforça a ideia de desencontro entre realidade psíquica e realidade social, demonstrando não haver um elo harmonioso entre ambas as instâncias. Por essa razão, o acesso à realidade é instável, precário, pois a tendência de funcionamento do aparelho mental pressupõe equívocos e ilusões. Logo, só é possível situar a problemática do consumo de drogas no referencial psicanalítico aceitando a hipótese de uma relação do sujeito com a realidade de forma discordante, conflituosa, desencontrada. Assim, apesar das pretensões da ciência em querer estabilizar o sentido da realidade, sulcando o real, o que se estabelece de singular no envolvimento do sujeito com a droga ultrapassa as prescrições do conhecimento científico. Contudo, um exame acurado da incidência do

discurso da ciência sobre as drogas pode elucidar a amarração do sujeito toxicômano com esse objeto de satisfação.

Os objetos da ciência existem para que o sujeito possa gozar deles – esse é o efeito real que escapa ao cientista. A ciência não se limita a fabricá-los, mas encontra, também, o meio de ligá-los ao sujeito, o meio de manter o desejo deste último aderido a tais objetos. (SANTIAGO, 2001, p. 151)

Dessa maneira, o saber científico, ao povoar o mundo com certo número de objetos que antes não existiam, chamados pertinentemente por Lacan de *gadgets*² pela sua natureza de dejetos que impregna sua presença na sociedade, propõe ao sujeito os meios de uma recuperação da satisfação pulsional, renunciada, em certa medida, pelas exigências civilizatórias. As drogas caracterizam-se como *gadgets* na medida em que fornecem, ao sujeito, operadores capazes de se constituírem em reguladores da própria economia libidinal, cuja finalidade é extrair prazer ao nível do corpo.

Conforme Santiago (2001), se a droga pode servir à satisfação é devido às peculiaridades da natureza das pulsões que estão abertas a toda espécie de saída possível, isto é, a pulsão pode vincular-se a um objeto nocivo ao sujeito como meio de escoamento libidinal. Essa indiferença quanto à escolha objetal reflete um paradoxo de que o sujeito não procura, forçosamente, um objeto que lhe traga o bem. Portanto, a satisfação pulsional não se organiza a partir de necessidades ditas naturais e pré-determinadas, e sim de acordo com o sentido que a economia libidinal impõe. Isso significa dizer que o objeto da necessidade não convém à satisfação pulsional porque o objeto da pulsão é destituído de qualquer valor de utilidade.

Com efeito, o fato de a satisfação pulsional não ser correlata ao plano da necessidade, distingue a toxicomania de uma dependência puramente bioquímica, uma vez que a presença do corpo nessa modalidade de gozo é devota da ação do significante sobre o mesmo, isto é, o que está implicado aí é a linguagem, e não o organismo. Diante do corpo inseparável do gozo, a toxicomania pode ser vista como um mais-de-gozar particular em referência à transformação no Outro operada pela ciência.

Esse mais-de-gozar particular, que pressupõe a emergência de um ponto de

² Em algumas das lições do Seminário livro 17: o avesso da psicanálise, Lacan faz uso desse termo, proveniente da língua inglesa, para se referir aos objetos de consumo produzidos pelo saber científico e ofertados pela lógica capitalista como um meio de satisfação pulsional próprio do nosso tempo, denominando a relação do sujeito com os *gadgets* de “sujeitos-mercadorias”.

descontinuidade no real, operado pela ciência, repercute na própria configuração do Outro. Esse novo meio de gozar, ao envolver o sujeito, exige mudanças no Outro, mudanças de valor, de organização das escolhas, de preferências, de méritos, finalmente, do que carece de uma estrutura ordinal ou, mesmo, cardinal do Outro. (SANTIAGO, 2001, p. 60)

Nessa perspectiva, é necessário acentuar que o lugar do Outro não deve ser entendido como uma entidade fixa, estável e imutável; pelo contrário, esse sistema de significantes, de ideais, está aberto à circunstancialidade de modificações que atravessa a cultura humana ao longo da história. As coordenadas que o Outro assume na atualidade certamente são distintas das do período em que o saber científico não havia se firmado como hegemônico na esfera social, levando a pensar o enigma que o lugar de inscrição da droga no Outro reverbera.

É assim que as criações artísticas, as invenções religiosas, as modalidades de gozo, as produções sintomáticas, enfim, as manifestações subjetivas alteram no transcorrer do tempo enquanto resposta ao impossível do real. Nesse sentido, entendemos a toxicomania como um dos efeitos da metamorfose no Outro, decorrente da emergência do discurso da ciência na contemporaneidade, que visa aplacar o mal-estar a todo custo.

2.3 A sociedade de consumo: a desregulação do gozo

O discurso da tecnociência encontrou ressonância e êxito no contexto das sociedades capitalistas, nas quais a multiplicação de objetos forjados pelos dispositivos técnico-científicos tornaram-se bens de consumo disponíveis para os mais diversos usos e finalidades. Desse modo, as relações sociais centradas no laço com seus semelhantes enfraqueceram, cedendo lugar à adesão aos objetos de consumo que reconfiguraram a economia libidinal do sujeito.

No ensino de Lacan, embora encontremos a articulação interdependente dos matemas de quatro tipos de discursos, nosso foco recaíra sobre o discurso do mestre. Em função da nossa condição de sujeito de linguagem, imerso em um universo simbólico, marcado pelo significante, o discurso do mestre representa o “discurso fundamental” (LACAN, 1984, [1972], p. 47). Em outras palavras, por estar assujeitado à ordem do social, à estrutura da linguagem, o sujeito depende e é comandado pelo discurso do mestre, discurso esse, reconhecido por querer dominar, se fazer hegemônico na esfera social.

Na contemporaneidade, o discurso capitalista assumiu a dominância da estruturação do saber e da verdade que organizam o laço social e respondem pelas manifestações subjetivas. Como indica Lacan (1992, [1969-1970]), o discurso do mestre sofreu uma “mutação capital, que conferiu ao discurso do mestre seu estilo capitalista” (p. 160). A torção que o discurso do mestre sofreu para dar lugar ao discurso do capitalismo, expressa na produção acumulativa, na mais-valia, nas relações mercadológicas, indica novos arranjos do laço social, ordenada pela não-castração, pelo alinhamento do desejo aos objetos de consumo, pela forclusão da dimensão lógica da “não relação sexual”, em suma, para esse discurso não há falta que não seja suprimida.

A forclusão da castração do discurso capitalista nos indica que esse “laço” é louco, pois seu discurso é psicotizante na medida em que tira o sujeito de outros laços sociais. O discurso capitalista fabrica um sujeito animado pelo desejo capitalista – desejo que o leva a produzir, ou seja, materializar o significante-mestre desse discurso: dinheiro que em seu caráter virtual se chama capital. (QUINET, 2006, p. 39-40)

O impacto do discurso capitalista na reconfiguração do laço social traz consequências à regulação do campo do gozo para o sujeito, pois estimula a ilusão do Outro completo, tamponando a falta ao transitar entre os mais diversos objetos oferecidos pelo mercado, induzindo assim, uma satisfação fácil e efêmera, disponível àqueles que podem comprar. Desse ponto de vista, é um gozo desregulado, pois desconsidera os limites impostos pela castração, formando com o Outro uma parceria conectável e descartável a mercê dos imperativos desse discurso que promete um gozo incessante.

O discurso do capitalismo é uma montagem perversa do discurso do mestre pelo fato de apresentar-se enquanto possuidor de um saber sobre o desejo do sujeito, dominando-o, capaz de saciá-lo, ou seja, ao oferecer a universalização dos modos de acesso ao gozo há uma tentativa de padronizar e apagar as diferenças e singularidades próprias do desejo. Esse mestre perverso, resultado dos avanços da tecnociência financiado pelo capital, debilita e fragiliza o laço social ao transformar o sujeito do desejo do Outro em consumidor de *gadgets* desejados pelo mercado.

A sociedade regida pelo discurso capitalista se nutre da fabricação da falta de gozo e produz sujeitos insaciáveis em sua demanda de consumo – consumo de *gadgets* que ela oferece como objetos de desejo – promovendo, assim, uma nova economia libidinal. Em contrapartida, ao situar a mais-valia no lugar da causa do desejo, transforma cada um nós num explorador em potencial de nossos semelhantes, para dele obtermos o lucro de um sobre trabalho não contabilizado, produzindo, enfim, uma “lei” de querer obter vantagem em tudo. Mas obter vantagem para quê? Para

consumirmos mais, mais objetos produzidos pelo capitalismo científico-tecnológico.
(QUINET, 2001, p.17)

Com efeito, há uma aliança entre a tecnociência e o capital que dinamiza os interesses de uma sociedade de consumo como a nossa em tempos de globalização das economias. Essa associação, não por acaso, alimenta toda uma cadeia de novos artefatos prontos para o consumo que alicia todos ao gozo desenfreado, sem limites ou amarras, que possam interditar a satisfação do desejo. Nesse cenário, o sujeito da psicanálise está excluído, seu desejo foi capturado e escravizado a responder à lógica do mercado; de objeto em objeto, em uma fruição curta e rápida, o ciclo da produção capitalista pode continuar.

O que interessa a esse casamento, do capitalismo com os conhecimentos científico-tecnológicos, é fomentar no sujeito uma falta constante, a partir da publicização de produtos recém-criados pelo mercado que ele ainda não tem e deveria possuir, ou seja, instiga uma insatisfação atroz, incitando o apetite de consumir, um objeto capaz de suavizar as pressões que esse discurso impõe. O sujeito contemporâneo, portanto, se encontra refém da máxima dessa ordem discursiva: produza e consuma!

Contudo, há um caráter de obsolescência nesses objetos, que já chegam ao mercado natimorto, isto é, qualquer mercadoria forjada nesse processo está fadada a um descarte precoce e à reivindicação de algo mais recente. Por essa lógica, quanto mais próximo o sujeito se encontra de alcançar a prometida satisfação, mais se posterga o acesso a essa possibilidade, deslocando e ocultando o objeto de desejo que supostamente seria o último. O capitalismo sobrevive dessa maneira, novos objetos para demandas sempre renovadas.

Nessa linha de pensamento, Melman (1992) afirma que a posição ética tradicional permitia ao sujeito orientar seu pensamento, havia uma certa ponderação em suas escolhas, situação bem distinta da atual, que tornou-se escassa e confusa nesse sentido, pois o modelo de conduta social vigente baseia-se no excesso. Na percepção do autor o que está em jogo no discurso do capitalismo é o superego enquanto imperativo de gozo sob três formas: acumule! (goza da acumulação de capital); o que dá a entender um segundo imperativo: trabalhe! (goza do excesso de trabalho); e por fim: consuma e consuma-se no processo, intoxique-se!

Com isso, é possível deduzir uma aproximação entre o triunfo do discurso consumista em nossa sociedade capitalista, que associa a felicidade pessoal e o bem-estar coletivo pelo poder de compra de cada um, e o fenômeno da toxicomania, neste caso, a aquisição de um objeto produzido à margem do mercado legal capitalista, qual seja, a droga.

O que se chama para nós a 'sociedade de consumo' repousa sobre um ideal, mas ignora que este ideal é o toxicômano que realiza. Com efeito, o sonho de todo publicitário, de todo fabricante é o de realizar o objeto do qual ninguém poderia passar sem; objeto que teria qualidades tais que apaziguaria, ao mesmo tempo, as necessidades e os desejos, que necessitaria de uma renovação permanente, uma perfeita dependência. (MELMAN, 1992, p. 94)

Portanto, uma cultura inscrita pelas insígnias dos princípios do discurso capitalista caracteriza nossa sociedade como de adição. Esse ideal consumista coloca a toxicomania como um protótipo dos sintomas contemporâneos, na qual o deslizamento ininterrupto entre os objetos proposto por esse sistema denuncia uma intolerância crescente do sujeito em lidar com as restrições impostas pela civilização. As aspirações nucleares que sustentam o laço social atual têm referências no consumo livre e irresponsável desses *gadgets*, que permitem uma satisfação rotativa, renovável e descompromissada, acoplada a um gozo direto, autístico, apartado das investidas do Outro.

Esse modelo de laço social, próprio de uma sociedade que cultua uma vida permissiva e hedonista, que visa colocar o desejo do sujeito nas prateleiras do mercado, iludindo-o com a promessa de completude e satisfação plena, participa, talvez sem saber, no desencadeamento da dependência química, pois produz um empuxo ao consumo de objetos de topo tipo, inclusive drogas. Ou seja, à revelia das intenções do discurso capitalista, outros efeitos de sentido podem ser apreendidos e aprendidos na produção de subjetividades, tais como parece transparecer na figura do toxicômano.

2.4 A dependência química como sintoma social

O fenômeno da toxicomania vem mobilizando a participação de diferentes instituições e grupos sociais nas discussões dessa problemática. Sob o olhar de diversas áreas do conhecimento, o debate em torno do consumo de drogas é acalorado e, muitas vezes, divergente, dependendo das propostas defendidas. Das pesquisas educacionais até a clínica psicanalítica, passando pela medicina, sociologia, direito, o que se busca são abordagens que apontem caminhos para a reflexão dessa questão. Longe de alcançar respostas fáceis e soluções definitivas, a experiência da droga inquieta e assusta a sociedade.

Partindo do referencial psicanalítico, defendemos a tese de que a toxicomania é um sintoma social. Logo, entendemos como sintoma

a implicação inconsciente do sujeito e, portanto, é signo da operação de recalque pela qual o sujeito se constitui em sua unicidade. O sintoma é mensagem cifrada de gozo. Portanto, além de metáfora do conflito psíquico do sujeito, e por isso mesmo, o sintoma é modalidade singular pela qual o neurótico goza. (QUINET, 1999, p. 203)

A partir dessa noção de sintoma como pensar o conceito de social? Em uma leitura analítica podemos defini-lo como aquilo que submete a todos, que é comum aos sujeitos, que confere universalidade a existência humana, ou seja, é o mal-estar, a dor de existir, os impasses do inconsciente, em suma, são os efeitos da estrutura da linguagem. Portanto, no entendimento de Vorcaro (2004), sintoma social situar-se-ia no campo do particular, entre o universal do mal-estar e o singular do sintoma subjetivo, isto é, metáfora partilhada entre os sujeitos enquanto resposta às demandas do Outro barrado, manifestação de modalidades de gozo inscrita, submetida e provocada pelo discurso dominante de cada época.

Em conformidade com essa concepção, Melman (1992) afirma que não basta que um grande número de pessoas em uma comunidade seja atingido por algo para que isso se transforme em um sintoma social. O que determina o caráter social de uma produção sintomática é o modo de inscrição, mesmo que seja nas entrelinhas, de forma não explícita, no discurso hegemônico de uma sociedade em determinado momento. Em outras palavras, a invenção do sintoma individual é possível a partir do que se articula no imaginário social.

O sublinhamento do termo *sintoma* com o qualificativo de *social* viria então apenas considerar que se trata de um sintoma que se articula discursivamente, por estar inscrito no discurso dominante, perdendo, portanto, seu atributo de singularidade. Contudo, mesmo que um sujeito se articule singularmente a seu sintoma, eles não são estruturalmente singulares. Isso retiraria a necessidade de atribuir o qualificativo social ao sintoma. (VORCARO, 2004, p. 62, grifos da autora)

Com efeito, o sintoma consiste na invenção de uma nova borda, de uma tentativa de tocar o real com os dispositivos simbólicos de seu tempo, de produzir um saber sobre aquilo que não cessa de não se inscrever. Assim, para suprimir o desamparo fundamental compartilhado por todo ser falante aparece o consumo de drogas, um meio de remediar os entraves da sexualidade que angustia e pode adoecer o sujeito. A toxicomania, nesse sentido, é um sintoma social na medida em que metaforiza o estorvo da civilização.

Na literatura psicanalítica a toxicomania aparece inicialmente associada à problemática do desenvolvimento sexual, ao percurso de fechamento do circuito pulsional. De acordo com Santiago (2001), os primeiros pós-freudianos defendiam a ideia de que um

distúrbio dos padrões normais do desenvolvimento libidinal explicaria a fixação atípica do toxicômano à droga, situação que resultaria na dificuldade de consolidação do processo de escolha genital, isto é, um suposto desvio nas fases de maturação psicosexual responderia pela função desgenitalizadora da droga.

Para o autor, entretanto, depois do ensino de Lacan, essa acepção da categoria de toxicomania mostra-se insuficiente, uma vez que a satisfação pulsional não estaria submetida ao desenvolvimento progressivo e por estágios da libido, como sugere essa perspectiva evolucionista dos primeiros pós-freudianos. Em uma leitura lacaniana das relações objetais, a satisfação pulsional é atravessa pela estrutura da linguagem, o que caracteriza a plasticidade da determinação da escolha de objeto, rejeitando assim essa noção restritiva de fixação de objeto amparada na trajetória da libido.

Diante do exposto, o que qualifica o uso de drogas como toxicomania? Na argumentação de Costa-Rosa & Santos (2007), o sujeito toxicômano na presença do objeto-droga mostra-se impotente quanto à possibilidade de administrar seu uso, reagindo com uma ação compulsiva; sua capacidade de utilizar a linguagem como recurso à significação do impulso desencadeado fracassa. A tensão com a qual está estabelecido o vínculo de prazer, o objeto de gozo, parece ser vivenciada como impossível de ser aliviada por outros meios. O consumo inveterado, repetido, demonstra a pouca eficiência da droga frente às demandas do sujeito na resolução daquilo que se articula na ordem do desejo.

Dessa forma, a toxicomania é uma variante das diferentes modalidades de gozo definidas no campo da psicanálise, segundo os modos de entrada do sujeito no universo da linguagem. Para os propósitos de nossa pesquisa focaremos duas delas. A primeira, nomeada de gozo fálico, está ligada aos mecanismos de funcionamento da estrutura da linguagem, é um gozo submetido ao registro do simbólico, a mediação do Outro em sua condição de barrado, furado, incompleto, isto é, o acesso pelo sujeito ocorre pela via da palavra, que comporta algo de enigmático, cifrado, enquanto manifestação das marcas do significante sobre o corpo, inscritas no aparelho psíquico. O gozo fálico, portanto, tem raízes em uma constituição subjetiva submetida à proibição do incesto, à renúncia ao primeiro objeto de amor, à admissão da castração, enfim, à função estruturante do recalque.

A outra modalidade de gozo, na qual se pode incluir a toxicomania, é definida por Lima (1998) de o gozo apartado do Outro, na qual está em jogo um gozo direto, sem adiamento, fora do registro do simbólico, para além da linguagem. Trata-se de um gozo

estritamente ligado ao corpo, purificado, que suprime a palavra e retira qualquer possibilidade de fazer borda daquilo que é experimentado como falta, ausência, vazio. O gozo do toxicômano parece estar relacionado com a busca de um retorno à experiência mítica primordial e inaugural de satisfação. É uma forma de gozar à revelia dos ideais socioculturais, visando escapar a angústia, ao sofrimento, ao mal-estar.

O êxito da droga na contemporaneidade tem estreita relação com o declínio da figura paterna na era da ciência. O desenlace do toxicômano com o gozo fálico só é possível em um contexto em que a imagem do pai está comprometida, abalada, desqualificada socialmente, seu poder simbólico não é mais o mesmo, em determinados sujeitos parece inoperante. Na teoria psicanalítica, o pai representa o terceiro na suposta relação dual entre mãe e filho, é aquele que instaura a lei de interdição do desejo do filho em desposar a mãe na relação edipiana. A lei do pai, sustentada pelo desejo da mãe, imprime um corte, uma separação nesse vínculo alienante mãe-filho, é a proibição do gozo mítico, absoluto. No fim desse processo, a metaforização do desejo da mãe pelo Nome-do-Pai inaugura nossa condição de sujeito faltoso, incompleto, desejante.

Em nossa cultura a relação com o objeto é triangular em virtude da referência que é feita sistematicamente a uma *instância terceira* que pode ser nomeada de diversas formas. Pode evidentemente ser Deus, pode ser a figura do pai, pode ser também o que chamamos a moral e ainda, quando se é laico e racionalista, pode ser o que chamamos de razão. Mas em todos os casos, somos guiados, diria, somos sustentados em nossa relação com o objeto de satisfação, por nossa relação com esta instância terceira que aí introduz um fato de regulação e de temperança. (MELMAN, 1992, p. 102, grifos do autor)

Isso significa dizer que essa instância terceira, que comporta uma relação triangular, dita a norma, faz valer seus efeitos. Os sujeitos neuróticos são “normatizados” dessa forma, isto é, submetidos à lei da castração que tem como função regular e limitar os modos de gozo de cada um. Para os sujeitos constituídos por recalçamento, portanto, a relação com o gozo é marcada pela renúncia, pela perda, pelo sacrifício, em que se acredita satisfazer as exigências desse terceiro, diante da qual se procura estar em conformidade.

O sujeito toxicômano, entretanto, como descreve Melman (1992), resiste em aceitar os inconvenientes dessa estruturação neurótica, repudiando todo dever fálico, recusando todos os valores consagrados socialmente. Trata-se de refugiar em algum lugar que o afaste do confronto de tudo que possa concernir à representação de si, como a distinção do sexo, a filiação, o papel da procriação etc. Ao se libertar das limitações impostas pelo gozo fálico,

daquilo que está interditado a todo neurótico, construindo uma relação dual com a droga, o toxicômano parece privado de uma mediação com essa instância terceira.

Em uma satisfação ruínosa, que age diretamente sobre o corpo e curto-circuita o campo do dizer, o ato toxicomaniaco faz uma aposta sem o Outro, rompendo com o gozo fálico. Em outras palavras, na contramão de uma vertente simbólica do sintoma como mensagem cifrada passível de leitura pelos dispositivos de análise, uma formação de compromisso, como os sonhos, atos falhos, chistes, a toxicomania é um sintoma em que o sujeito procura se desvencilhar das armadilhas do significante.

A drogadição mostra – e o toxicômano demonstra – que isto funciona, e funciona para o gozo. Esta prática que viabiliza a intoxicação – com a qual se busca resguardar do mal-estar, e demonstrar a inexistência do inconsciente – funciona. E quando isto funciona, não há quem o detenha. Nem o Mestre, nem a mentira da palavra, nem uma mulher...quer dizer, nem o ideal, nem a lei, nem o simbólico, nem o falo. Justamente, porque é um funcionamento calcado na ruptura e em uma experiência que tem a positividade, a certeza do gozo, com a qual trata o vazio do sujeito. (TARRAB, 2000, p. 108)

Por um lado, o toxicômano quer afastar seu desejo do desejo do Outro, para suprimir a existência do inconsciente. Por outro, o recurso à droga busca conservar o ideal de completude nutrido na relação alienante com o desejo da mãe, não sente necessidade de separar, de advir como sujeito distinto, isso o conduz a um gozo monótono, compulsivo, por vezes, mortífero. A falha da função paterna, ou sua fragilidade, propicia o sucesso do encontro com a droga, substituto da relação de cumplicidade com o desejo da mãe, pois mantém em suspenso a “pergunta do Outro, que retorna para o sujeito do lugar onde ele espera um oráculo, formulado como um: que queres?” (LACAN, 1998, [1966], p. 829). É o desejo de nada querer saber sobre a angústia, o embaraço, o enigma de seu desejo que justifica o uso dependente de drogas pelo toxicômano.

Para manter a ignorância em relação à singularidade de seu desejo o sujeito toxicômano se eclipsa no objeto droga, passando a cultivar seu pequeno gozo pessoal, estruturalmente desregulado. Essa posição do toxicômano indica a fixidez de seu lugar na passagem pelo Édipo, onde busca ocupar um espaço privilegiado no desejo do Outro materno, assumindo uma condição de complemento fálico da mãe. Nesse cenário edípiano, a figura paterna foi desafiada e silenciada simbolicamente, tendo como consequência a irrupção de um sujeito marcado sob o registro da onipotência narcísica.

Nas toxicomanias, o sujeito se encontra capturado na oscilação sadomasoquista: mediante a ingestão da droga, instala-se na posição de ser o objeto que preenche a falta materna. Em contrapartida, o vazio depressivo revela o fracasso iminente dessa posição e a queda vertiginosa na experiência da morte, forma específica da angústia da castração como ameaça de aniquilamento que incide aqui. Pela renovação contínua da ingestão da droga, a figura materna é tamponada e sua castração, recusada, mesmo que o custo para o sujeito seja incalculável. Enfim, o sujeito impede a queda definitiva da mãe fálica pelo *sacrifício masoquista* de seu próprio corpo, marcado pelas perfurações devastadoras e pelas disfunções mortíferas. (BIRMAN, 2005, p. 225, grifos do autor)

O casamento com a droga parece ser um modo eficiente que o toxicômano encontrou para escapar das agruras da sexualidade, um parceiro ideal, que não demanda, não exige, não frustra, e melhor, está disponível a seu alcance. É nessa inexistência de alteridade, nesse apagamento da peculiaridade e do exercício do desejo proporcionado pela droga, que a toxicomania se arrasta de forma interminável, comprometendo os vínculos sociais do sujeito, pois é “absolutamente claro que ele resume esse laço a uma dualidade, à organização de um par mortífero onde o que é buscado de um no outro é a morte juntos” (MELMAN, 1992, p. 68).

O laço social, por outro lado, aponta um lugar de existência para o sujeito no mundo, lançando-o na ordem da linguagem, no campo do simbólico, nas fendas do desejo do Outro, o que impõe uma responsabilização quanto às suas escolhas, seu ato, seu inconsciente. O toxicômano, portanto, busca fugir de tudo isso por meio do uso compulsivo de drogas, demonstrando uma ambiguidade em seu ato, pois ao mesmo tempo em que o apetite atroz pela droga apazigua e desembaraça o que concerne ao mal-estar inerente à condição humana, seu uso desenfreado pode provocar o colapso do organismo, levando-o a óbito.

Devemos sublinhar que as verdades que sustentavam determinadas visões de mundo, anteriormente referenciadas nas tradições ou na religião, e que conferiam uma espécie de bússola de orientação para o sujeito circular na esfera social se fragmentaram e diluíram na contemporaneidade, com a ascensão do discurso da ciência. Os efeitos desse enfraquecimento das grandes narrativas, das utopias, dos projetos históricos, produziram algo de inédito na constituição subjetiva caracterizada por um desamparo agudo que assumiu direções inesperadas. Como apontamos anteriormente, a toxicomania tem relação com a hegemonia do discurso do capitalismo técnico-científico, pois ao inventar a droga e instigar o consumo, cria as condições para a adesão do sujeito a essa modalidade de gozo.

Essa nova ordem social inteiramente perpassada pelo discurso da tecnociência reverberou novas formas de mal-estar na civilização nunca antes vistas. Diante de tantas

certezas, várias verdades, multiplicaram-se os mestres na sociedade, deixando o sujeito sem saber em quem acreditar e a quem recorrer na busca pelo saber último que designe sua existência. Esse novo sintoma social, a toxicomania, preocupa os governos, a mídia, as instituições sociais e de pesquisa, as famílias, enfim, a sociedade civil como um todo. São sancionadas leis mais rígidas contra o narcotráfico, há especulações sobre as motivações pessoais dos usuários, pesquisam-se com rigor os efeitos das drogas sobre o corpo biológico, bem como são forjadas novas abordagens clínicas de tratamento.

O modo de gozo do toxicômano questiona os modelos de funcionamento da sociedade, é um sintoma que inquieta e causa temor aos olhos da população, em especial nos setores mais conservadores. O consumo de drogas, essa prática encarnada pelo sujeito de intoxicar o próprio corpo, traduz formas até então inexistentes de saídas para lidar com a angústia, o sofrimento, o desamparo, isto é, a experiência da finitude que cerceia todo ser falante. A toxicomania, nesse sentido, ambiciona neutralizar o insuportável que possa advir do Outro, denegando a castração, rejeitando os valores fálicos que engendram a vida humana. Com efeito, esse modo de satisfação apartado do Outro, demonstra uma posição de extrema autossuficiência, na qual o vínculo que se estabelece entre o sujeito e a droga são suficientes por si mesmo.

CAPÍTULO III

AS (IM)POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOBRE DROGAS DIRIGIDA AOS ADOLESCENTES

3.1 Função social da escola: formação de professores e a questão das drogas

Até o momento destacamos como os impasses da adolescência podem encontrar no consumo de drogas uma saída para o sujeito lidar com suas questões, deflagrando uma condição sintomática de toxicomania, que em uma perspectiva psicanalítica tem ligação com os efeitos do discurso da ciência e do capitalismo. Nesse capítulo trataremos do modo como a educação escolar sobre drogas busca fazer frente a esse sintoma social a partir de práticas pedagógicas de prevenção dirigidas aos adolescentes.

Em todas as civilizações sempre houve algum processo preparatório para a inserção do indivíduo nos meios políticos e socioculturais, ao longo da história da humanidade. Na sociedade contemporânea o processo de escolarização se institucionalizou, isto é, ocorre em espaços e tempos determinados de acordo com normas legais de organização. A escola, historicamente, é pensada como um lugar privilegiado de socialização de saberes, valores e condutas responsáveis por certos ideais de formação cidadã e humana capaz de manter o *status quo* da sociedade em benefício das elites, ou promover mudanças em direção à superação de injustiças sociais e fortalecimento da democracia.

Os pesquisadores do campo da educação, com formação marxista, buscam problematizar os efeitos da adoção de políticas públicas educacionais, fortemente marcadas pelo ideário neoliberal, sobre a profissão docente e o papel das instituições de educação básica em um contexto de mudanças profundas na organização e atribuição do Estado. Na concepção de Gentili (2010), as prerrogativas que orientam as políticas neoliberais são marcadas pela redução da intervenção das Nações na economia local, a destinação dos serviços sociais à iniciativa privada, a qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho atendendo aos interesses da lógica de produção e acumulação capitalista, bem como a alteração de nossa condição de cidadão para a de consumidor ou cliente.

Nesse cenário, a escola tem se constituído num campo problemático para definir sua natureza e função social. Pois, no pensamento neoliberal os sistemas educacionais têm como

objetivo a preparação de recursos humanos para responder às demandas estratégicas promotoras do desenvolvimento econômico, na qual o foco na melhoria da qualificação técnica visa otimizar a produtividade. Portanto, a educação sob a égide dos pressupostos empresariais de funcionamento redefiniu suas finalidades para a apropriação e reprodução do capital reduzindo as aptidões humanas à esfera do lucro.

Desse modo, na retórica neoliberal os problemas da educação pública se devem a questões técnicas nas quais a má gestão dos recursos públicos, a ineficiência dos métodos de ensino, o conteúdo inadequado dos currículos e o pouco engajamento por parte dos professores associado à falta de acompanhamento e avaliação pelas autoridades governamentais seriam os fatores responsáveis pela baixa qualidade do sistema educacional.

O remédio neoliberal baseia-se na premissa de que os problemas da educação institucionalizada se devem essencialmente a uma má administração. A competição e os mecanismos de mercado agiriam para tornar essa administração mais eficiente e, portanto, para produzir um produto educacional de melhor qualidade. (SILVA, 2010, p. 23)

Na medida em que a educação pública está em crise não em função de problemas técnicos de gerência como sinaliza as formulações neoliberais, que inspiradas em uma rejuvenescida teoria do capital humano enfatizam a formação polivalente, a flexibilidade, o acirramento da competitividade, a segmentação do mercado de trabalho e a produtividade como importantes condicionantes da ação educativa para o capital, o que se observa é que as soluções advogadas pelo neoliberalismo devem-se muito mais ao pensamento econômico do que às questões políticas, socioculturais e subjetivas que permeiam o fenômeno educacional.

A partir do entendimento de que todo projeto educacional traz em seu cerne a defesa de uma concepção de homem e sociedade que se pretende implementar, e que, no caso da ideologia neoliberal, aferra-se ao individualismo e aquisição de competências e habilidades profissionais, a escola, na perspectiva desses autores, pode configurar-se enquanto espaço contra-hegemônico dessa ofensiva ao tentar promover uma formação para a autonomia. Apesar de nossas ressalvas quanto às possibilidades em formar o sujeito de modo pleno, integral, holístico, pois contraria a noção de sujeito do inconsciente que defendemos nesse trabalho, compartilhamos da ideia de a escola ser regida pelos princípios de resistência e crítica a esse modelo mercadológico de educação, proporcionando experiências pedagógicas que porventura possam contribuir para uma efetiva participação dos estudantes nos processos

de deliberação e tomada de decisões frente às problemáticas sociais, resgatando o direito de exercer a cidadania.

Nesse sentido, os defensores desse modelo de educação acreditam que ela não pode ser subordinada aos imperativos econômicos definindo-se como uma atividade de transmissão do estoque de saberes técnicos que elevaria os níveis de empregabilidade dos mais competentes na esfera do trabalho e, sim, na edificação de um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas capaz de promover oportunidades iguais de vida em sociedade. Portanto, a educação baseada nesses princípios, deve cultivar a politização do homem, ampliar as possibilidades de questionamento das condições de existência em que se encontram submetidos os diferentes grupos sociais, mobilizar à reflexão coletiva das conjunturas de exploração e marginalização impostas pela ética utilitarista, individualista e competitiva do discurso neoliberal.

Constatam-se, entretanto, as dificuldades de se empreender uma educação de qualidade socialmente referendada em função de inúmeros fatores, dentre eles: precárias condições de infraestrutura no ambiente escolar, má formação de gestores e professores, extensa jornada de trabalho, baixos salários, currículos enciclopédicos, ausência da participação familiar na vida escolar dos filhos, etc. Apesar da negligência do poder público em assegurar um direito inalienável de todo cidadão brasileiro ao acesso a padrões mínimos de qualidade na educação como prevê a Constituição Federal de 1988, a escola continua ocupando um lugar de destaque na construção e formação da identidade nacional.

Nessa perspectiva, a escola é convocada a responder aos dilemas que afligem a sociedade contemporânea, tais como: novos arranjos familiares, questões de racismo, homofobia, sexismo, intolerância religiosa, uso de drogas, dentre outros. Os professores, todavia, encontram dificuldades em lidar com essas realidades, até então, inéditas em sua prática profissional. Nesse capítulo, focaremos a relevância e o dispendioso trabalho delegado às instituições de educação básica na elaboração de práticas pedagógicas de prevenção ao consumo de drogas, em especial as ilícitas, entre os adolescentes.

No Brasil, a primeira ação governamental em recomendar políticas de formação de professores sobre o tema das drogas, data do período da ditadura militar (1964-1985), com a sanção da Lei 6.368/76, que determina

Nos programas dos cursos de formação de professores serão incluídos ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou

psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos (Art. 5º);

Dos programas das disciplinas da área de ciências naturais, integrantes dos currículos dos cursos de 1º grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. (BRASIL, art. 5º, Parágrafo único)

Pelo exposto nesse fragmento da lei observa-se a importância dada aos critérios científicos de uma área específica do conhecimento na abordagem da temática, negligenciando a amplitude da realidade do uso de drogas que exigiria um caráter mais interdisciplinar. Notamos, também, que não houve uma efetiva implementação nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de licenciatura propostas que dessem suporte ao trabalho docente sobre o assunto.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no capítulo destinado a tratar de assuntos relacionados à família, à criança, ao adolescente e ao idoso, há uma inexpressiva referência sobre projetos de prevenção às drogas.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, [...] à dignidade, [...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão: O direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: *programas de prevenção* e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins. (BRASIL, art. 227, § 3º, VII, grifo nosso)

Seguindo as ações previstas na carta magna do país, que serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico, foi aprovada a lei 8.069/90, que apoia a decisão do artigo supracitado, dispondo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dando outras providências. Em um dos seus artigos determina que “é proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas; produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida” (BRASIL, art. 81, II, III).

A despeito da proibição legal que tipifica como criminosa a conduta de quem descumpra a resolução do artigo 81 da ECA, que convencionou pena de reclusão de dois a quatro anos e multa, é evidente a infringência por parte dos estabelecimentos comerciais que exploram a vendas dessas drogas lícitas que são de fácil acesso aos adolescentes, demonstrando a fragilidade dos mecanismos de fiscalização e execução das normas judiciais.

No ano de 1998, o governo brasileiro para responder aos tratados internacionais de combate às drogas da qual é signatário criou a Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD) para demarcar sua posição de luta à expansão do narcotráfico em território nacional, visando reduzir a produção, circulação e consumo de substâncias ilegais no país. Em consonância com as atribuições da SENAD foi sancionada a Lei 11.343/06, sendo a mais atual legislação sobre o tema, que prescreve medidas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários, bem como estabelece as penalidades decorrentes de sua violação. No campo educacional reitera a necessidade de formação e atuação dos professores em ações de prevenção

As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes: o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino; a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas; As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. (BRASIL, lei 11.343/06, Art. 19, I, X, XI, Parágrafo único)

Em acordo com os pareceres normativos da Constituição Federal (CF), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da lei 11.343/06 sobre entorpecentes e demais textos legais que frisam a importância de procedimentos de prevenção ao abuso de drogas, enquanto uma das responsabilidades das instituições de educação básica, destaca-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como instrumento orientador para a materialização de propostas nessa vertente.

Gestado a partir da necessidade de abordar os conteúdos disciplinares de forma interdisciplinar, contextualizada e atualizada, os PCNs foram lançados pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997, no intuito de promover maior relevância social dos conhecimentos escolares lecionados, tendo como eixo organizador o comprometimento com a cidadania, pelas quais resguardam-se a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos e deveres, a participação coletiva nos espaços públicos e a responsabilização de cada um por si e pela comunidade.

Desse modo, na busca por um tratamento didático transversal que contemple a contribuição das mais diversas áreas do conhecimento específico para compor uma visão holística das vivências escolares, os PCNs elegeram um conjunto de temas – ética, pluralidade

cultural, meio ambiente, orientação sexual e saúde – capazes de desenvolver conceitos, competências e atitudes nos estudantes em prol do bem-estar individual e social.

Segundo os PCNs, na temática “Educação para a saúde” o objetivo é promover a conscientização dos alunos para a adoção de hábitos de autocuidado, valorizando ações de respeito ao próprio corpo; sensibilizá-los pela busca permanente na identificação e compreensão dos fatores de risco presentes no meio físico, econômico e sociocultural em que vive para a manutenção da saúde; capacitá-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde ao seu alcance. O trabalho docente nesse contexto é assim pensado

Não é pressuposto da educação para a Saúde a existência do professor “especialista” ou a formação de alunos capazes de discorrer sobre conceitos complexos, nem o aprendizado exaustivo dos aspectos funcionais e orgânicos do corpo humano. O que se pretende é um trabalho pedagógico no qual as condições que se fazem necessárias para a saúde, sua valorização e a realização de procedimentos que a favorecem sejam o foco principal. (PCN, 1997, p. 274)

Nesse sentido, a educação sobre drogas não deve focar única e exclusivamente os processos fisiológicos ou patológicos associados à questão em uma dimensão puramente biológica. É mais desejável desenvolver os conteúdos selecionados a partir das situações da vida cotidiana dos alunos na qual os conhecimentos vinculados ganhem significados e potencialidades de aplicação para além de um saber sobre o funcionamento do organismo humano. Ou seja, que os conteúdos de aprendizagem reforcem a opção por estilos saudáveis de vida.

Assim, é necessário que o trabalho educativo para a saúde, segundo os documentos oficiais, tenha como referência o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos em relação aos fatores que intervêm positiva ou negativamente para o trilhamento em direção ao bem-estar pessoal e coletivo. Isso pressupõe a convergência de alguns elementos essenciais como o fortalecimento da autoestima, o zelo com o corpo, bons hábitos alimentares, a estruturação de vínculos afetivos e a negociação de acordos e limites para o convívio social.

Para viabilizar o cumprimento da legislação quanto às políticas de formação de professores no que tange o fenômeno das drogas, o governo federal vem desenvolvendo, desde o ano de 2004, em parceria com a Universidade Federal de Brasília (UNB), o Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Com o objetivo de fortalecer ações preventivas na comunidade escolar oferecendo material pedagógico (livro-

texto e DVD) de apoio para os cursistas de forma gratuita. O curso é realizado na modalidade a distância, com conteúdo dividido em cinco módulos temáticos e tutoria virtual de oito meses, cuja carga horária é de 180 horas. Em 2012, o projeto chegou a sua 5ª edição com disponibilidade de 70 mil vagas, atingindo aproximadamente 14 mil escolas em todo o país, nas quais os critérios de seleção exigem condição de professor efetivo em escola pública estadual ou municipal, atuar na segunda fase do ensino fundamental ou ensino médio e compor no mínimo um grupo de cinco educadores inscritos por instituição de ensino, etc.

3.2 Discurso pedagógico de abstinência como prevalecente nas práticas educacionais de prevenção ao uso indevido de drogas

A elaboração de um discurso próprio de prevenção ao consumo de drogas implica a incorporação de argumentos múltiplos, plurais e transitórios advindos das mais variadas áreas do conhecimento em que equívocos e contradições são riscos que se assumem quando se deseja a construção de enunciados em que não há consenso. Entretanto, existe um apelo por parte dos professores por um saber que oriente sua prática pedagógica na qual as ‘verdades absolutas’ estejam claramente exposta, prontas para serem aplicadas, isto é, uma fórmula mágica que responda sobre o fenômeno da toxicomania.

Na análise de Acselrad (2005), o discurso dominante de abstinência continua sendo valorizado, distribuído e atribuído pelas instituições de educação básica como o ‘verdadeiro’. Na pretensão de evitar o encontro com a droga instaura-se um discurso moralizante com base no mote ‘diga não às drogas’, ‘drogas, nem morto’, ‘drogas, tô fora’, ‘sou careta, mas sou feliz’ em que se busca a interdição do consumo como norma para todos, não ensinando, de fato, os alunos a avaliarem os riscos e deliberarem quanto a uma possível vinculação ao mundo das drogas.

A dificuldade em suportar a resistência e inquietação de determinados setores conservadores da sociedade diante da construção de discursos inovadores e/ou alternativos acaba incitando os professores a advogarem a favor de práticas pedagógicas clássicas, contrárias muitas vezes às próprias concepções, tornando-se porta-vozes de um discurso já pronto, de sentido único, repetindo fórmulas obsoletas, que não ressoam a contento. Daí a sensação de frustração de nunca se sentirem preparados para lidar com os percalços que permeiam o enigma das drogas.

Nas escolas a disciplina eleita como responsável para trabalhar o conteúdo curricular

sobre as drogas é a ciência/biologia. Sabendo que os livros didáticos são, geralmente, a principal ferramenta utilizada pelo professor no processo de ensino-aprendizagem com os alunos, torna-se importante o questionamento das ideologias vinculadas por esses materiais didáticos nas salas de aula. Carlini-Cotrim e Rosemberg (1991) fazem algumas observações a respeito do tratamento do tema

A análise da estrutura dos textos evidenciou preocupação excessiva com a discussão dos efeitos (nocivos) das drogas em detrimento de outros tópicos como conceituação, causas que levam ao uso, incidência, tratamento ou prevenção. Os textos se caracterizaram por uma linguagem pouco científica, onde o apelo emocional e o estilo dramático são a tônica. (p. 299)

De modo geral, nas aulas de ciências biológicas fala-se, predominantemente, da ação das substâncias psicoativas no sistema nervoso central, dando destaque aos efeitos prejudiciais e nocivos da droga ao organismo humano, explicitamente reduzindo a experiência do uso a uma questão fisiológica que aconteceria de maneira igual para todos. Assim, repudia-se a busca do prazer, as transgressões simbólicas, as representações no imaginário social, os rituais e os valores construídos historicamente, em uma tentativa de convencer a todo custo de que ‘a droga faz mal’, devendo os alunos renunciar radicalmente a qualquer tipo de envolvimento. Contrário a essa visão cientificista recorrente nos livros didáticos de Biologia, Campos (2005) questiona:

Não é a informação sobre a biologia da reprodução que define se alguém ‘pode ou não ter relações sexuais’, e não será a farmacologia dos psicoativos que nos responderá se alguém ‘pode ou não usar drogas’: a ousadia de tentar responder exigirá sempre considerar os três vértices da relação: o sujeito, a droga e o contexto, sendo que qualquer mudança qualitativa ou quantitativa, em qualquer um dos vértices, implicará revisão da resposta. (p. 214)

Em outras palavras, há uma pluralidade de possibilidades de relação com as drogas que muitas vezes é negligenciada ou omitida nesses manuais do professor, pois o efeito do uso de drogas para um sujeito não é uma experiência puramente neurobioquímica, estando presente também todo um arcabouço de significação subjetiva. As drogas não são idênticas entre si, portanto dependendo do princípio ativo e dos modos de uso os efeitos são múltiplos sobre quem usa, no entanto, temos que adicionar que diferentes contextos do uso de drogas promovem uma diversidade de expectativas e representações pessoais e sociais que interferem na posição do sujeito com relação à elas.

Logo, uma educação sobre drogas para que se torne mais autêntica e satisfatória necessita ser amparada em conceitos que ultrapassem os conhecimentos das ciências naturais, ampliando a discussão sobre o fenômeno da toxicomania em vertentes diversas, por exemplo, a questão de determinadas drogas serem lícitas e outras não, a suposta ligação entre criminalidade e dependência química, as possibilidades de tratamento no serviço público de saúde mental, etc. Isso ajudaria a superar os reducionismos e discursos simplórios ‘antidrogas’ que aparecem nos livros didáticos que insistem em associar a figura estereotipada do ‘drogado’ enquanto um indivíduo decadente moral, física e psicologicamente.

Acselrad (2005) faz uma classificação das modalidades discursivas mais recorrentes e difundidas pelas escolas ao trabalharem os aspectos de prevenção. Por meio do discurso jurídico-moral, buscou-se com a punição manter o indivíduo afastado do consumo, evitando comportamentos considerados indesejáveis. Nessa proposta, a informação sobre os perigos decorrentes do uso de drogas ilícitas é fundamental na medida em que o contexto sociocultural é visto como permissivo e destituído de valores o que sugere e justifica a importância de leis repressivas mais severas.

O segundo modelo, médico-sanitário, associou o uso de drogas à doença. A partir dessa percepção, torna-se essencial eliminar o ‘agente etiológico’ (leia-se o produto), pois quanto menos ‘agentes transmissores’ (usuários) em circulação, haverá menos chances das pessoas se contaminarem. A droga é vetor, o indivíduo é o hospedeiro e o meio ambiente sugere o consumo. A informação deve envolver drogas lícitas e ilícitas, pois se trata de preservar a saúde e evitar a doença. Nesses dois modelos de discurso, percebe-se a importância dada ao produto, considerado determinante na evolução inexorável do uso para a dependência.

No discurso psicossocial, segundo as pesquisas de Acselrad (2005), parte-se do princípio de que fazer ou não uso de drogas é um comportamento humano condicionado por fatores sociais e culturais. A informação sobre os efeitos do ato de drogar-se continua sendo uma questão importante, mas constata-se que sua divulgação, tradicionalmente enunciada de forma autoritária e recebida passivamente, não contribui para o alcance dos objetivos ou é mesmo contraproducente. Reconhece-se a falta de credibilidade, decorrente de informações parciais que não dão conta da realidade do consumo, provocando negação ou fascinação diante dos riscos de uso. Informar significa mudança de comportamento, formação de atitudes para tentar fortalecer a capacidade de tomar decisões, de preferência pela abstinência.

No quarto e último modelo, sociocultural, por considerar o contexto em que se vive como gerador de dependência e, portanto, responsável por comportamentos desviantes, a estratégia consiste na transformação do meio ambiente como ação preventiva. Sugerem-se mudanças nesse contexto, ao invés de se tentar adequar o indivíduo ao meio. Esse discurso defende o controle da propaganda de todas as drogas e a revisão das leis que causam mais danos que o comportamento que visam controlar, constituindo-se em uma primeira abertura para a crítica aos modelos proibicionistas.

Esse mapeamento das práticas discursivas dos programas de prevenção escolar aponta para uma linha de pensamento articulada na linearidade do binômio causa-efeito em que a experiência do uso leva necessariamente a dependência. Para sustentar essa premissa o discurso dominante tem se caracterizado pelo autoritarismo, afirmando o objetivo de alcançar o ‘bem de todos’.

O discurso proibicionista, na fala do educador, obscurece a possibilidade de percepção da existência de diferentes modos de se relacionar com as drogas, por isso optam por ações drásticas e potencialmente marginalizadoras. Predominam-se, nessa lógica, técnicas pedagógicas comportamentais como forma de controlar todos os riscos, tentando enquadrar os alunos em uma abstinência considerada indiscutível, ainda que cheia de contradições. A noção do que é verdadeiro ou falso no território da legalidade do uso fica confusa, pois enquanto o tabaco e o álcool são associados enganosamente à juventude, beleza, diversão, sucesso, tenta-se construir uma imagem oposta em relação às drogas ilícitas na qual o prazer é totalmente negado, predominando situações de perigo, doença, solidão e morte, o que a realidade cotidiana desmente.

Apelando-se para a confissão de ‘ex-drogados’ que conseguiram superar seu destino trágico, munidos de conhecimentos sobre a neuropsicofarmacologia das drogas e apoiados em legislações que criminalizam o uso as instituições de educação básica, acreditam ter os ingredientes necessários para compor sua ‘receita do bem agir’, que deve ser urgentemente colocada em prática. Além do engodo que essa tradicional prática encerra percebe-se uma descontinuidade em projetos dessa natureza.

Programas sobre drogas, integradas ao dia-a-dia das escolas, são ainda experiências isoladas. Predominam as práticas esporádicas, as palestras de ‘especialistas na área’ que se limitam a falar sobre como o produto psicoativo atua no sistema nervoso central, como a dependência se manifesta, mas pouco sabem dizer sobre a relação entre o uso de drogas e as condições sociais de vida da comunidade e, assim, não ajudam a pensar alternativas de mudanças. (ACSELRAD, 2005, p. 196)

Nesse ponto de vista, para que os programas de prevenção tenham mais permanência, instituindo uma cultura de mobilização da comunidade em torno do tema, é preciso uma articulação com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para integrar as ações dos diferentes atores envolvidos em uma perspectiva dialógica e democrática. Na contramão de práticas conservadoras e discriminatórias, impostas por conhecimentos técnicos como forma de garantia de credibilidade, na qual para perguntas formuladas já existem respostas preestabelecidas, podemos encontrar alternativas de mudança ao incorporar discursos mais flexíveis e tolerantes sobre o tabu das drogas, entendendo que a nocividade não está no objeto em si, mas na forma como nos servimos dele.

3.3 Propostas alternativas ao discurso proibicionista: redução de danos, despenalização do usuário e descriminalização das drogas

O discurso proibicionista, que impõe a abstinência como única meta aceitável na tentativa de assegurar a erradicação das drogas na sociedade, presencia o fracasso dessa postura rígida na medida em que expande as organizações e crimes associados ao narcotráfico internacional, cresce a produção, distribuição e consumo de substâncias ilícitas, avança a precocidade de uso, aumenta os gastos públicos na militarização de fronteiras e no tratamento clínico especializado. Em resposta a essa atitude repressiva que amarga o insucesso dos objetivos vislumbrados, surgem novas alternativas, mais tolerantes e flexíveis, que podem embasar o trabalho pedagógico das escolas e dos professores.

No campo da saúde pública, em função da constatação de que existem usuários que não querem ou não conseguem, por motivos diversos, interromper o consumo de drogas independentemente dos efeitos adversos sobre suas condições de vida, houve a necessidade de formular estratégias com a finalidade de minimizar as consequências negativas associadas ao consumo de drogas. Assim, a despeito do discurso hegemônico, que insiste na abstinência como destino de todos, o programa de redução de danos reconhece as dificuldades concernentes a experiência do uso de drogas.

O conjunto de propostas enfeixadas sob a égide da redução de danos constitui uma abordagem global da saúde pública, envolvendo temas abrangentes como exclusão social e a necessidade de propor políticas inclusivas, que se contraponham à marginalização e estigmatização dos usuários de drogas (e outras minorias). As estratégias de redução de danos centram-se no debate, na proposição e reformulação

de questões éticas, médicas, legais e práticas, sem perder de vista a dimensão propriamente política e pública da questão. (BASTOS; FONSECA, 2005, p. 307)

A política de redução de danos consiste em estratégias que tratam o usuário enquanto alguém que precisa ser beneficiado por programas de assistência socioeducativa em vez de ser estigmatizado como criminoso que deveria ser castigado, ou seja, a problemática da dependência química é deslocada da esfera majoritariamente jurídico-policial para o setor da saúde pública. Inicialmente, os países que aderiram as políticas de redução de danos tinham como alvo a regulamentação na distribuição de seringas e agulhas para usuários de drogas injetáveis, a fim de reduzir os casos de infecção pelo vírus da AIDS e hepatites por meio do compartilhamento de seringas contaminadas. Atualmente, essa política passou a incluir também programas de apoio e tratamento de toxicomaníacos.

No Brasil, há pelo menos duas décadas, as universidades públicas vêm colaborando, por intermédio de pesquisas acadêmicas, na formulação de propostas de tratamento da dependência nas mais variadas tendências: grupos de ajuda mútua, análise individual, psicoterapia familiar, apoiando programas de troca de seringas e agulhas aos usuários que utilizam a via endovenosa, bem como discutindo a controversa questão da internação compulsória de usuários em situação de rua.

A educação sobre drogas alinhada aos princípios da redução de danos nega a tarefa irreal de prevenir quaisquer usos, denunciando os limites impostos às práticas pedagógicas de prevenção, uma vez que o mal-estar no mundo atual, advindo do individualismo, da competitividade, das injustiças sociais, das discriminações e condições de miséria, que certamente são condicionantes para uma saída pela via da toxicomania, não poderá ser resolvido/atenuado, isoladamente de um esforço social coletivo, pelos professores.

Portanto, quando há casos de dependência entre os estudantes, Acselrad (2005) recomenda que o papel dos educadores concirna em ajudar na formulação da demanda por tratamento junto às unidades de saúde especializada, mantendo um acompanhamento pedagógico integrado ao processo clínico de recuperação, abandonando a pedagogia do terror, que apenas reforça situações de preconceito.

Dessa maneira, diferente do radicalismo exacerbado do discurso proibicionista, a educação sobre drogas inspirada nos preceitos da política de redução de danos aprofunda a reflexão sobre o elo que se estabelece entre a sociedade e as drogas. Reconhecendo os riscos inerentes aos diferentes padrões de consumo, desmistifica a condição do usuário, respeita a

liberdade individual e os direitos do cidadão em dispor sobre seu próprio corpo. Com esse entendimento, a atuação da comunidade escolar pode desenvolver-se em projetos democráticos de prevenção aceitando os limites de uma convivência coletiva possível.

Seguindo esses passos de propostas mais moderadas e que podem iluminar práticas pedagógicas menos marginalizadoras em relação ao usuário, a atual legislação sobre entorpecentes no país, expressa na lei 11.343/06, traz em sua redação no artigo 28 a despenalização do porte de drogas para consumo próprio, uma vez que não prevê pena privativa de liberdade ao usuário, fixando somente sanções de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e o comparecimento a programas ou cursos socioeducativos, permitindo que essas sejam substituídas por admoestação verbal por parte do juiz ou multa em caso de descumprimento.

A nova lei sobre entorpecentes fez ressurgir o debate em torno das possibilidades de descriminalização das drogas em território nacional. Porém, na concepção de Boiteux (2009), existe uma distinção entre despenalizar o uso pessoal e descriminalizar o consumo de drogas, pois enquanto a descriminalização significa a retirada de determinada conduta do rol dos crimes no âmbito do direito penal, por lei ou interpretação jurisprudencial, a despenalização exclui tão somente a aplicação da pena privativa de liberdade, mantendo a proibição e a conduta como crime. Portanto, haverá despenalização quando a conduta, embora tipificada como ilícita, deixar de ser imputada com pena de prisão, ou quando esta for substituída por medidas restritivas de direito.

Sem contestar abertamente os tratados internacionais, aos quais o Brasil é signatário e que impõe uma guerra às drogas sem tréguas, a despenalização do usuário para consumo próprio visa reduzir o alcance das penalidades jurídicas na medida em que um expressivo contingente de presos que compõe a população carcerária do país advém de condenações dessa natureza, na qual as críticas em relação à inutilidade e fracasso do nosso sistema penitenciário justificam medidas mais humanitárias.

Pelo exposto acima, alguns setores da sociedade militam em prol da descriminalização das drogas argumentando que seria possível reduzir os efeitos danosos da criminalidade financiada pelo narcotráfico, bem como desafogar o sistema prisional brasileiro, que exige elevado custo econômico para a manutenção dos encarcerados. Outro motivo apresentado diz respeito à garantia de defesa das liberdades individuais sem a interferência do Estado na vida íntima do cidadão.

No entanto, de acordo com pesquisas feitas por Boiteux (2009), houve divergência nos países que abriram espaço para o debate público sobre quais tipos de drogas poderiam ser descriminalizadas. As opiniões tenderam para a legalização da *Cannabis sativa* (vulgo maconha), considerada uma droga mais “inofensiva”, justificada pela disseminação de seu uso, aceitação social, baixo risco de dependência, indicação medicinal, menor danosidade se comparada às drogas lícitas, como tabaco e álcool, e a necessidade de retirar o usuário de maconha do mercado ilegal.

Na atualidade, a autora identificou um avanço nos países da Europa Ocidental; políticas em direção a esse modelo de descriminalização como, por exemplo, na Espanha e em Portugal onde todos os tipos de drogas foram legalizados. Na Bélgica, Irlanda e Luxemburgo apenas a maconha recebeu esse aval, e o Reino Unido, recentemente, discutiu a possibilidade de desclassificação da *cannabis* quanto ao caráter de ilícito penal. Até mesmo nos Estados Unidos, forte opositor de propostas nessa envergadura, houve alguma adequação, especificamente no estado da Califórnia, onde se pode comprar maconha com receita médica para fins terapêuticos.

Em resumo, os fundamentos que embasam as propostas alternativas de redução de danos, despenalização do usuário e até posturas mais progressistas a favor da descriminalização das drogas são argumentos que podem integrar o repertório de práticas pedagógicas dos professores frente ao discurso oficial, doutrinário, moralizante e discriminatório, tradicionalmente adotado pelas instituições de educação básica na elaboração de programas de prevenção ao uso indevido de drogas. Dessa forma, portando um discurso mais maleável, a escola pode oferecer parâmetros mais coerentes e pertinentes no trato do fenômeno da toxicomania, recolocando em cena a responsabilidade de cada um diante de si e da coletividade.

3.4 Educação escolar sobre drogas: o que foi excluído do discurso pedagógico?

A despeito de uma educação preventiva mais moderada e tolerante comprometida com os direitos do cidadão em suas escolhas pessoais, a aposta das escolas é garantir o não uso de drogas, em especial as ilícitas. Nesse sentido, o trabalho educativo é baseado na tentativa de conscientizar os alunos sobre a problemática do consumo de drogas visando, preferencialmente, à abstenção de todos. Logo, o discurso pedagógico sustenta a concepção

de indivíduo na centralidade do eu, privilegiando a consciência na definição do pensamento e das ações humanas, na qual a racionalidade é o princípio fundador. Entretanto, como discutimos no Capítulo I, o sujeito que nós defendemos é constitutivamente o avesso dessa noção, isto é, descentrado egoicamente, alienado em suas insígnias subjetivas, marcado por uma incompletude fundante, embora buscando ilusoriamente a condição de tornar-se uno, pleno.

O sujeito, então, não é o ser, como requer a ontologia ou a fenomenologia existencial; nem é o homem, que desconhece a diferença, inclusive de gênero; nem é o indivíduo que muda em função das peripécias da história e se compõe como parte indivisível (daí o nome: indivíduo) do grupo social, podendo se fazer autônomo, ideal e senhor de seus atos; tampouco é uma pessoa, que ora física, ora jurídica, pode ser contabilizada, quando não é celebrizada na literatura. (PEREIRA, 2003, p. 27)

A psicanálise pauta-se no sujeito do inconsciente, constituído por um saber insabido, condição de falta-a-ser, algo inacabado, isto é, lugar de desconhecimento das leis que regem o desejo que mobiliza sua existência. O pensamento psicanalítico faz furo nos conhecimentos produzidos no campo educacional, que, sob a influência do positivismo científico, afirma o sucesso da prática educativa ao supor um sujeito, tomado de consciência, capaz de dominar as regras de sua ação e jogos de seu discurso.

Geralmente, a lógica das pesquisas educacionais sobre formação de professores, processo ensino-aprendizagem, teorias curriculares, programas de avaliação, relação educador-educando, finalidades do processo escolar, não levam em consideração os princípios e os efeitos do sujeito do inconsciente proposto por Freud. Logo, em uma vertente epistemológica, na qual triunfa a racionalidade técnica, fiel aos princípios científicos, dissemina-se a crença de que a transmissão do conhecimento é algo completamente passível de controle. Considera-se que as mensagens enunciadas pelas campanhas de prevenção às drogas, por exemplo, possam ser recebidas pelos alunos com o mínimo de perda possível, alcançando assim, os objetivos educacionais.

Aprisionada nessa ilusão, a escola, a partir do *slogan* ‘um mundo ideal é um mundo sem drogas’, engaja-se em práticas pedagógicas antidrogas, focadas principalmente no público adolescente, almejando banir qualquer saída pela via da toxicomania. Considerada uma fase de questionamento das normas, da autoridade dos pais e, portanto, apresentando comportamentos ‘desviantes’ dos aceitos socialmente, a adolescência é reconhecida como um período ameaçador, sendo necessária uma diligência na tentativa de conter os excessos que caracterizam esse momento.

Para Calligaris (2000), os adolescentes de hoje são herdeiros de um capítulo da história de uma geração que explicitamente ligou o uso de drogas a todos os sonhos de liberdade e revolução (pessoal, sexual, social etc.) que ela agitou no passado e subsequentemente abandonou e recalcou, abraçando valores mais estabelecidos. Essa associação entre o consumo de drogas e a mobilização social na busca pelo questionamento e/ou ruptura de uma cultura dominante, de certa forma, convida e sensibiliza as novas gerações a experimentar.

Desse ponto de vista, o que as escolas receiam, na visão do adolescente toxicômano, para instigar uma educação sobre drogas tão autoritária e repressiva? Calligaris (2000) faz a seguinte observação

Fora os riscos para a saúde e o perigo de encarar consequências penais, há uma espécie de temor de que, no baseado ou na pedra, o adolescente encontre um objeto que satisfaça seu desejo, mate sua procura, acabe com a insatisfação. O medo, em suma, de que com a droga o adolescente, de repente, seja feliz. (p. 46)

Em outras palavras, a droga rompe uma regra moderna do funcionamento do desejo, na qual atrás de cada objeto de consumo, forjado pelo sistema capitalista, em comunhão com o saber técnico-científico, nossa vontade de possuir nunca se esgota em determinado objeto, isto é, nenhum objeto nos satisfaz completamente forçando uma procura inesgotável que aponta para o reconhecimento social. O toxicômano, entretanto, em sua relação com a droga, parece ter encontrado o objeto mítico – por todos procurado –, que satisfaz de vez, capaz de aplacar o desejo.

Dessa maneira, o toxicômano para de transitar entre os objetos, da roupa de marca ao carro importado, da casa de luxo ao parceiro bonito, a droga apagaria a falta, suprimindo uma condição fundamental de operação do desejo humano: a permanência da insatisfação. A preocupação, portanto, que assusta na figura do dependente químico, é de que os alunos que usam drogas parem de competir na escola, renunciem ao namoro, abandonem as amizades, desfaça o laço social, enfim, fiquem prostrados, inertes, deprimidos.

Na verdade, precisamos acreditar que os objetos possam nos tornar felizes. Daí a necessidade de deslizarmos incessantemente entre eles, passando metonimicamente de um significante a outro no caminho de assegurar um *status* social, na vontade de fisgar o ‘olhar’ do Outro, o que nem a totalidade dos objetos poderia produzir. A droga por suas particularidades parece ser um objeto mortal, não apenas pela possibilidade de levar o usuário

a órbita dependendo das formas de uso, mas tão grave quanto isso ela pode extinguir o desejo que vitaliza nossa existência.

No texto “O Estranho” (1919 [1974]), Freud aponta como uma das características do inconsciente a predominância de uma compulsão à repetição, um fenômeno inerente à própria natureza das pulsões, isto é, impulsos “poderosos o bastante para prevalecer sobre o princípio do prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco” (p. 380). No nosso entender, o uso dependente de drogas que caracteriza o toxicômano tem íntima relação com esse conceito de compulsão à repetição, que comparece como algo estranho, como a manifestação de alguma coisa com a qual o sujeito não se identifica, embora esteja ligada à própria constituição desse sujeito.

Nesse texto, Freud não está discutindo a temática das drogas, mas podemos depreender dessa elaboração uma das dimensões de seu conceito de inconsciente, importante para nossa discussão. O autor entende que o estranho relaciona-se “indubitavelmente com o que é assustador – com o que provoca medo e horror” (1919 [1974], p. 369). Contudo, esse estranho, afirma Freud mais adiante, não é “nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão” (1919 [1974], p. 382).

Nesse sentido, o estranho é algo que é secretamente familiar e que sofreu ação do recalque, mas que de algum modo retornou de forma profundamente angustiante. Talvez, no caso do toxicômano, um meio de defesa para essa situação de angústia tenha relação com o consumo irresistível de drogas, que, se por um lado é capaz de apaziguar os efeitos do recalque, por outro, expõe o caráter nocivo do uso. O estranho, portanto, que provém de algo familiar que foi reprimido, tem relação com as vicissitudes do Complexo de castração, que “compreende praticamente todos os fatores que transformam algo assustador em algo estranho” (FREUD, 1919 [1974], p. 383).

Posto isso, entendemos que o toxicômano se configura como algo estranho para a sociedade, que o supõe habitando um outro mundo, funcionando em uma outra lógica, fora dos padrões exigidos para o engendramento social. O toxicômano causa estranheza, medo, parece não orbitar na mesma frequência que os demais humanos. Esse medo social em relação à condição do sujeito toxicômano é legítimo, mas não justifica uma educação sobre drogas radicalmente proibitiva, até porque, ao assumir a operação das leis do inconsciente, todo empreendimento educacional se defronta com suas impossibilidades de realização a contento,

como indica Voltolini (2006): “é no campo da ética que Psicanálise e Educação parecem poder ter seu encontro mais fértil, não para deplorarem juntas as misérias que compartilham, mas para pensar no inventivo que o impossível exige” (p. 9).

O autor frisa que, nos diversos trabalhos de Freud, comparece essa concepção quanto à impossibilidade de educar, a qual nos permite pensar no fato de os resultados serem sempre insatisfatórios em relação ao que foi planejado. No entanto, alerta-nos que, apesar do caráter de impossível que impede o ato educativo de atingir seus ideais, isso não quer dizer que seja tal ato seja irrealizável, intimando os profissionais da educação a forjarem indefinidamente novas maneiras de lidar com seu ofício.

Entretanto, o saber educacional, ao se posicionar como não-castrado, rejeitando o Outro barrado, tamponando seus furos, como se pudesse ter controle e explicação para tudo, inscreve-se do lado oposto da ética da psicanálise, que evidencia a inexistência de um saber que complete adequadamente o Outro barrado, pois há algo do real que não é recoberto pelo simbólico. Por conseguinte, a educação, ao comprometer-se com uma postura pautada pelo ideal de poder manejar e esquadrihar o processo educativo, como se fosse possível uma correspondência entre a intenção da escola, a ação dos professores e o efeito sobre os alunos, tomará qualquer desvio do que foi anteriormente planejado como fracasso escolar.

Dessa forma, o discurso pedagógico atravessado por elementos da psicanálise, sustenta a posição de suposto saber de maneira menos idealizada, faz semblante ao discurso do mestre, que seria o portador da verdade absoluta, afastando-se do lugar de resposta que traria a solução oportuna demandada pelo Outro social. Nesse sentido, a educação sobre drogas seria uma ação ética baseada na práxis e no desejo, que se desdobraria à revelia da lei ou da moral, colocando os estudantes na dimensão estrutural da falta, da dúvida, de um não-todo conhecido, fazendo-os avançar em direção à realidade do próprio desejo no que pese o encontro com a droga.

Outro conceito cunhado pela psicanálise, que reverbera os limites impostos à educação, é o fenômeno da transferência. Se, por um lado, a relação transferencial decorre da experiência clínica entre o analista-analisante, por outra, há na própria elaboração do ensino de Lacan elementos que permitem avançar com esse conceito para as relações cotidianas, dentre elas a relação professor-aluno, pois “desde que haja em algum lugar o Sujeito Suposto Saber [...], há transferência”. (LACAN, 1985, [1964], p. 220)

A transferência é uma manifestação inconsciente em que os protótipos da situação edipiana originalmente vivenciada com os progenitores são substituídos e reeditados nas relações atuais, obviamente não de forma literal, mas que influenciará as formas de investimento e escolha objetal de cada sujeito. Na relação professor-aluno, sob o registro da transferência, algo da estrutura desejante do aluno se enlaça a algum aspecto particular da figura do professor, proveniente dos desejos incestuosos recalcados na primeira infância que esse encontro reanima, esvaziando-o de seu sentido original e impregnando outro relacionado às vicissitudes do aluno. Dessa forma, o professor está exposto aos efeitos do inconsciente, passando o aluno a escutá-lo através desse sentido alheio que lhe foi atribuído, caracterizando uma assimetria, disparidade, entre os desejos dos sujeitos envolvidos nessa relação.

Ocupar um lugar designado pela transferência: eis uma tarefa que não deixa de ser incômoda, visto que ali seu sentido enquanto pessoa é “esvaziado” para dar lugar a um outro que desconhece. Tudo que esse aluno quer é que o professor ‘suporte’ esse lugar em que ele o colocou. Basta isso. (KUPFER, 2010, p. 93)

Esse lugar incômodo na leitura lacaniana seria a posição estrutural em que o aluno coloca o professor, isto é, de sujeito suposto saber, na qual o aluno procura saber sobre aquilo que lhe falta; supõe estar do lado do professor a verdade sobre seu desejo, acredita estar com ele o que demanda alcançar, cabendo ao professor fazer semblante de quem porta esse saber, o que não é tarefa fácil.

É nesse cenário transferencial que se desenrola o processo educacional evidenciando um desajuste na relação professor-aluno, pois considerando a hipótese do inconsciente não é possível um domínio sobre o que se diz, pois a palavra escapa ao falante, nem tampouco prever os efeitos da interpretação que o ouvinte faz do que é dito, definindo o equívoco irremediável que perpassa a comunicação entre os humanos. Portanto, a transmissão de um discurso antidrogas comporta a arbitrariedade da significação inconsciente a que essa relação assimétrica está subordinada, abrindo caminho tanto para a identificação quanto para a rejeição dos conteúdos expostos nos projetos de prevenção difundidos pela escola.

A noção de transferência desvela a impossibilidade de existir uma ciência positiva da Educação, estruturada no binômio causa-efeito, em que seria possível encontrar uma medida certa capaz de adequar a intervenção do professor à realidade psíquica dos alunos como prescrevem as psicologias científicas. Nessa corrente de pensamento “desenvolver as capacidades”, “elevar a autoestima”, “conscientizar”, “potencializar habilidades”, “formar indivíduos emocionalmente equilibrados” são uma constante, impregnando o discurso dos

professores com conhecimentos dessa natureza. A denegação da castração por parte do discurso (psico)pedagógico, contudo, não apaga as consequências da operação inconsciente, como sinaliza Millot (2001):

Não se comanda o inconsciente, não se pode ter domínio sobre os efeitos da influência exercida em outro ser, assim como não se domina o próprio inconsciente. Teoria pedagógica alguma permite calcular os efeitos dos métodos com que se opera, pois o que interpõe entre a medida pedagógica e os resultados obtidos é o inconsciente. (2001, p. 149)

Talvez a negação das injunções do inconsciente, dos entraves decorrentes da relação transferencial, o malogro em supor um saber que ninguém detém, esteja na base de uma constante insatisfação pedagógica por parte dos professores já que o ato de educar é marcado por imprecisões, descontinuidades, opacidades, que obriga cada profissional a reinventar sua prática diariamente.

Nesse contexto, não haverá modelo de prevenção ao uso de drogas que salve o “impossível”. A ação educativa evoca as rupturas, divergências, próprias das leis do desejo que circunscreve cada relação do sujeito no confronto com o Outro barrado, privando os professores do alcance total do êxito do trabalho docente. Apesar das dificuldades que a psicanálise revela sobre as pretensões da pedagogia, apoiamos uma educação sobre drogas menos ingênua como acontece na proposta proibicionista, que objetiva a erradicação das drogas do convívio social, para propostas mais flexíveis, tolerantes e transitivas.

Propomos o compromisso com a adoção e a busca de uma ‘atitude transitiva’ em superação às atitudes repressivas e ingênuas repletas de pensamento mágico, infantilizado, e por isso mesmo afeitas ao fanatismo e ao sectarismo que se traduzem em prática doutrinária, adestradora, moralizante, obscurantista, que ‘informa’ (dá respostas), para evitar a crítica e o conseqüente desvelamento da contradição implícita entre o discurso de ‘educar’ e a prática definida pelo educador. (CAMPOS, 2005, p. 222)

Essa postura transitiva não entende as drogas como elementos patológicos da sociedade como faz crer os discursos autoritários e repressivos, pelo contrário, compreende que o uso das mais diversas substâncias psicoativas acompanha a história da humanidade desde os seus primórdios, na qual a relação com as drogas são produções das manifestações socioculturais, dos conhecimentos técnico-científicos, dos rituais religiosos, enfim, do desejo inconsciente que mobilizada a subjetividade humana, nem sempre de forma sintomática, problemática como se evidencia nos sujeitos toxicômanos.

Essa atitude transitiva que integra propostas alternativas multirreferenciadas implica uma ética calcada em princípios mais condizentes com a realidade que esse sintoma social faz comparecer em detrimento de discursos repetitivos e estereotipados que perpetuam utopias exacerbadas marginalizando perversamente o usuário. Esse discurso moderado serve de parâmetro aos professores como sugestão de pontos-chaves a serem considerados em uma educação sobre drogas, não como modelo mais eficaz ou infalível a ser aplicado em qualquer contexto escolar sem ponderação, mas que auxilie na reconstrução de práticas pedagógicas que reconheçam as diferentes saídas subjetivas decorrentes de um mal-estar em existir.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que, apesar de proporcionarmos algum substrato sobre o qual é possível repensar e inventar novos conceitos de uma educação escolar de prevenção ao consumo de drogas entre os adolescentes pelas instituições de educação básica, muitas vezes, demandada pelo governo, pela mídia e sociedade civil, apelar à psicanálise por um saber sobre a singularidade da relação professor-aluno, bem como sobre os resultados do processo educacional, como tentou a psicologia, em vão, oferecer ao campo de pesquisas da educação, é injustificado e não mantém fidelidade ao referencial psicanalítico, como aponta Pereira (2003), pois o fenômeno do inconsciente, que perpassa todo este trabalho indica o fracasso de qualquer tentativa em esquadrihar e dominar seus efeitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tabu em torno do consumo de drogas, em especial as ilícitas, na sociedade contemporânea preocupa a sociedade civil, ganha destaque nos meios de comunicação em massa e convoca a atuação e intervenção dos mais diversos setores do poder público, dentre eles, a política, a segurança, a saúde, a educação, etc. A problemática do uso de drogas, principalmente entre os adolescentes, representado na figura do sujeito toxicômano, e o papel desempenhado pelas escolas na promoção de uma educação que aborde essa temática socialmente relevante é o que nos motivou a fazer esta pesquisa à luz do referencial da teoria psicanalítica.

Iniciamos nossa discussão tentando contextualizar que conceito de sujeito assumimos nesta dissertação, para bordejar nosso objeto de estudo, já que atualmente são múltiplas as concepções em torno dessa categoria dependendo do posicionamento teórico de que se parte. Primeiramente, fizemos um percurso histórico da noção de subjetividade desde a Idade Antiga, passando pela Idade Média, até a Idade Moderna, observando profundas mudanças no transcorrer desses períodos quanto aos modos de teorização em torno do que hoje podemos denominar de sujeito. Porém, o objetivo central foi apresentar a subversão promovida pela psicanálise ao propor o sujeito do inconsciente como entidade distinta, e porque não, oposta, às concepções anteriores cujas raízes remontam ao sujeito cartesiano.

Lacan (1985) aponta que só foi possível a Freud forjar o sujeito da psicanálise depois da aparição do sujeito da ciência, isto é, Descartes ao inaugurar as bases do sujeito epistêmico permitiu, *a posteriori*, a introdução do sujeito nas tramas do inconsciente. Se nas amarras do discurso da ciência, nas quais se privilegia o racionalismo, o positivismo-lógico, a objetividade, a neutralidade, o sujeito é capaz de determinar por si próprio e decretar o que é o saber verdadeiro, o mesmo não acontece quando esse sujeito é anunciado no campo analítico, pois aqui ele não é capaz de sustentar por si mesmo um saber que responda à verdade de seu desejo.

Com isso, avançamos em nosso trabalho para pensar a posição do sujeito adolescente frente às novas demandas do Outro em um contexto de inoperância da função paterna. O que buscamos ressaltar são os efeitos do declínio do Nome-do-Pai, evidenciado na debilidade do Outro como meio de sustentação simbólica para o adolescente. Nessas circunstâncias, como indica Coutinho (2005), a fragilidade da figura do pai dificulta a efetivação da castração, ou seja, não há pontos de ancoragem evidentes que propiciem ao adolescente novas

identificações que lhe sirvam de referência. O Outro está em crise, não porque é faltoso, incompleto, barrado, e sim em função da impossibilidade de orientar o sujeito perante as injunções de apropriação do laço social.

A conjectura que apontamos sobre esse enfraquecimento dos referenciais simbólicos diz respeito à vinculação do sujeito adolescente com o mundo das drogas. A hipótese que tentamos evidenciar para discutir o fenômeno da toxicomania tem relação com o casamento entre o discurso da tecnociência e do capitalismo nas entranhas desse sintoma social. Segundo Santiago (2001), os objetos fabricados pelo saber científico existem para que o sujeito possa gozar deles, é uma tentativa de recuperação da satisfação pulsional perdida em decorrência das exigências civilizatórias.

O discurso do capitalista entra nesse jogo tentando aderir o desejo do sujeito a esses objetos de consumo a partir da universalização e padronização dos modos de acesso ao gozo, apagando as diferenças singulares próprias do desejo. Contudo, um dos efeitos desses discursos é o fato de que a pulsão é indiferente quanto à escolha objetal, isto é, ela está aberta a toda espécie de saída possível, inclusive, podendo vincular-se a um objeto nocivo ao sujeito na busca por satisfação. Percebemos isso, de forma inequívoca, quando analisarmos o ato toxicomaniaco.

O fenômeno da toxicomania na contemporaneidade é na percepção de Vorcaro (2004) um sintoma social, não devido ao grande número de usuários, mas em função da inscrição dessa modalidade de gozo no discurso dominante. Melman (1992) ao destacar a posição subjetiva do toxicômano afirma que ele resiste em aceitar os inconvenientes advindos do Outro, repudiando todo dever fálico, recusando todos os valores consagrados socialmente. O modo de gozo do toxicômano questiona os modelos de funcionamento da sociedade, é um sintoma que inquieta e causa temor aos olhos da população.

É justamente essa não busca por algum tipo de realização social pelo toxicômano, diante de tantos caminhos propostos em nossa cultura para se alcançar algum ideal, que preocupa e põe a agir as mais distintas instituições e grupos sociais. Em nosso campo de pesquisa, optamos por refletir sobre o papel do professor e da escola em suas práticas pedagógicas de prevenção ao uso de drogas dirigidas aos adolescentes. Essa escolha se justifica pela relevância das instituições de educação básica na construção de saberes, condutas e valores que repercutem, a contento ou não, nos modos de ser do adolescente.

Apresentamos alguns documentos oficiais que apontam para a importância da participação das escolas e da atuação dos docentes em ações de prevenção, como por

exemplo, a Constituição Federal em seu artigo 227, o Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 81, a Lei 11.343/06 no artigo 19, dentre outros. O que podemos observar é que em consonância com esses pareceres normativos os conteúdos disciplinares vêm sendo trabalhados de forma transversal, como orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para tornar os conhecimentos escolares mais próximos da dinâmica das vivências dos estudantes.

Nesse sentido, no tópico “Educação para a saúde” dos PCNs, encontramos alguns objetivos que precisam ser contemplados para que realmente as escolas estejam educando para uma vida saudável, tais como: promover a conscientização dos alunos para a adoção de hábitos de autocuidado, valorizar ações de respeito ao próprio corpo, sensibilizar pela busca permanente de manutenção da saúde, bem como capacitar os estudantes para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da qualidade da saúde.

Para atender a essas premissas de como viver com saúde, as escolas são radicais quando se pensa em práticas educacionais de prevenção ao consumo de drogas. É o que vimos nas análises de Acselrad (2005), em sua crítica aos discursos proibicionistas que prevalecem nesses espaços. Com base no mote ‘diga não às drogas’, ‘drogas, tô fora’, ‘sou careta, mais sou feliz’, o que se visa ensinar é a interdição do consumo para todos, isto é, a abstinência é o único caminho.

Também os livros didáticos de ciências e biologia, amplamente utilizados pelos professores em sala de aula, representam muito bem essa tentativa em afugentar os estudantes de qualquer contato com a droga. Encontramos nesses manuais a simplificação da experiência com a droga como um fenômeno puramente neurobioquímico, na qual associam a imagem estereotipada do “drogado” à de uma figura decadente, insana e mórbida.

Desse modo, a escola, por estar muitas vezes alinhada a política de “tolerância zero” ao consumo, opta pelo discurso pronto, caracterizando sua elaboração pouco democrática e descontextualizada, que toma sentido único e verdadeiro, ao ser admitido e disseminado de forma inquestionável. Conforme discutimos, podemos dizer que essa postura radical verificada no ambiente escolar pouco contribui para a formação crítica dos estudantes no que diz respeito aos riscos que o uso de drogas possa vir a oferecer, pois desconsidera qualquer tipo de relação subjetiva com a mesma.

Por essa razão, buscamos na literatura outros princípios que podem subsidiar e integrar as práticas pedagógicas de prevenção ao uso indevido de drogas para fazer um contraponto a essas formações discursivas intolerantes. É o caso, por exemplo, da política de redução de

danos (RD), cujas premissas parecem contribuir para a desestigmatização do usuário de drogas, na medida em que os argumentos que a legitimam deslocam a problemática da dependência química da esfera jurídico-policial para o setor da saúde pública, isto é, o usuário deixa de ser visto como criminoso que deveria ser castigado e passa a ser entendido como alguém que precisa ser beneficiado por programas de assistência/tratamento. Outra estratégia interessante dessa política é negar a tarefa irreal de prevenir quaisquer usos e focar na minimização das consequências negativas associadas ao consumo de drogas.

Seguindo essa lógica de argumentos mais moderados e que podem iluminar práticas pedagógicas menos marginalizadoras, discutimos a legislação mais atual sobre entorpecentes no país, a Lei 8.343/06, que diferencia o usuário do traficante, despenalizando o porte de drogas para consumo próprio. Essa nova lei fez ressurgir um debate espinhoso para a sociedade, mas que acreditamos válido para refletir sobre o fenômeno da drogadição, que é a questão da descriminalização das drogas. Boiteux (2009) acredita que a legalização das drogas reduziria os efeitos danosos da criminalidade financiada pelo narcotráfico, desafogaria o sistema prisional brasileiro, bem como respeitaria a garantia da defesa das liberdades individuais de cada cidadão.

A despeito de apoiarmos uma educação escolar preventiva sobre drogas mais flexível e tolerante, não estamos dizendo que essas propostas alternativas terão mais sucesso que o modelo proibicionista, mas que esses argumentos são mais coerentes e plausíveis em relação às vicissitudes que o fenômeno da drogadição reverbera socialmente. Nossa intenção neste trabalho é proporcionar algum substrato para repensar práticas pedagógicas de prevenção, comprometida com uma ética que reconheça o mal-estar na sociedade e a partir da qual seja possível inventar atitudes preventivas mais condizentes com os desafios que o sintoma social da toxicomania impõe.

Essa ressalva tem por objetivo manter a fidelidade ao nosso referencial teórico, a psicanálise, pois ao operar com o sujeito do inconsciente não podemos garantir como o processo educacional escolar, seja qual for ele, vai atingir singularmente sua função. O que o saber analítico nos aponta é uma dissimetria, um desencontro, nessa relação professor-aluno, pois a verdade de um sujeito habita um lugar de desconhecimento, excluindo as possibilidades de se controlar ou manejar o que se passa entre os muros da escola. Apostamos em uma educação sobre drogas que implique o sujeito a se responsabilizar por seu ato, para melhor suportar suas escolhas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. A educação para a autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: ACSERALDO, G. (Org.) *Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

ALBERTI, S. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

BASTOS, F; FONSECA, E. Políticas de redução de danos em perspectiva: uma comparação das experiências Americana, Britânica e Brasileira. In: ACSERALDO, G. (Org.) *Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BERNARDES, A. C. *Pesquisa & Psicanálise: algumas referências lacanianas*. Revista Psicologia: teoria e pesquisa, Universidade Federal Fluminense, 2010.

BEZERRA, B. Subjetividade moderna e o campo da psicanálise. In: BIRMAN, J. *Freud 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOITEUX, L. Possibilidades e perspectivas da descriminalização das drogas ilícitas. *Le Monde Diplomatique*, ano 3, n. 26. set. de 2009, p. 10-11.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislação>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRASIL. *Lei nº 11.343, de 23 de Agosto, de 2006*. Brasília (DF). Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislação>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRASIL. *Lei nº 6.368, de 21 de Outubro, de 1976*. Brasília (DF). Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislação>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de Julho, de 1990*. Brasília (DF).

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996*. Brasília (DF).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Saúde*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/pcn>>. Acesso em: 23 set. 2012.

CALLIGARIS, C. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOS, M A. Freire e Freud: por uma atitude transiativa na educação sobre drogas. In: ACSERALDO, G. (Org.) *Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CARDOSO, J; CRUZ, D. A discussão filosófica da modernidade e da pós-modernidade. *Revista eletrônica Print*, Minas Gerais, 2011.

CARLINI-COTRIM, B; ROSEMBERG, F. Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 1991.

CARNEIRO, H. *Toxicomania e mal-estar na adolescência: saída pela via do sintoma*. Fortaleza, 2008.

CARNEIRO, H; PINHEIRO, R. As falácias da eliminação do sofrimento e seus efeitos subjetivos. *Revista Psico*, Fortaleza, 2009.

CARVALHO, S. *A psicanálise e o discurso da ciência*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

COSTA-ROSA, A; SANTOS, C E. A experiência da toxicomania e da reincidência a partir da fala dos toxicômanos. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 2007.

COUTINHO, L. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. *Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, 2005.

DESCARTES, R. *Discurso do método: regras para a direção do espírito*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ELIA, L. *O conceito de Sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ELIA, L. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ELIA, L. & ALBERTI, S. *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

ERLICH, H. *Psicanálise e Ciência: um sujeito, dois discursos*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

FREUD, S. O estranho. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974 [1919].

FREUD, S. O mal-estar na Civilização. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974 [1929].

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1905].

FURLANETTO, M. *Sujeito epistêmico e materialidade do discurso: o efeito de singularidade*. *Linguagem em (Dis)curso*, Santa Catarina, 2003.

GENTILI, P. A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HANSEN, G. *Modernidade, utopia e trabalho*. Londrina: CEFIL, 1999.
- KUPFER, M. C. M. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010.
- LACAN, J. A Ciência e a Verdade. *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 [1966].
- LACAN, J. Du discours psychanalytique. *Bulletin de l'Association Freudienne*, Paris, n. 10, 1984 [1972].
- LACAN, J. *O Seminário. Livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992 [1969-1970].
- LACAN, J. *O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.
- LACAN, J. *O seminário. Livro 20: mais, ainda*. 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.
- LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003 [1967].
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 [1966].
- LEITE, M. F. *De que serve a psicanálise à educação escolar?* (Dissertação de Mestrado). Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- LIMA, C. R. Uma passagem clandestina. *In: BENTES, L; GOMES, R F. O brilho da infelicidade*. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 1998.
- MARTINAZZO, C. A modernidade filosófica e os fundamentos pedagógicos da educação moderna. *Cogitationes*, Juiz de fora, 2011.
- MARTINS, N. A. S. *Toxicomania – sintoma na contemporaneidade: paradoxo do gozo no encontro do objeto a com o objeto droga*. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2008.
- MELMAN, C. *Alcoolismo, delinquência e toxicomania*. São Paulo: Escuta, 1992.
- MEZAN, R. O que significa “pesquisa” em psicanálise? *In: MEZAN, R. A sombra de Don Juan e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- MILLOT, C. *Freud antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MILNER, J C. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MONTEIRO, E A. *A transferência e a ação educativa*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

- NASIO, J D. *5 lições sobre a Teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- PEREIRA, M R. *O avesso do modelo: bons professores e a psicanálise*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- QUINET, A. A Psiquiatria e sua ciência nos discursos da contemporaneidade. In: QUINET, A. (org.) *Psicanálise e Psiquiatria: controvérsias e convergências*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- QUINET, A. *Psicose e Laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- QUINET, A. Tristeza e posição do sujeito. In: QUINET, A. (org.). *Extravios do desejo: depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 1999
- RASSIAL, J. *A passagem adolescente – da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- RASSIAL, J. Posições lacanianas sobre o adolescente, ontem e hoje. In: RASSIAL, J. *Adolescência*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- RIBEIRO, E M. A toxicomania e os paradoxos da liberdade. In: RIBEIRO, E M. A direção da cura nas toxicomanias. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2003.
- RIBEIRO, F. *Da razão ao delírio: por uma abordagem interdisciplinar do conceito de loucura*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.
- SANTIAGO, J. *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- SANTOS, E. J. *O discurso do capitalista e a questão do sujeito no laço social*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.
- SILVA, R. P. S. *O Conselho Municipal Antidrogas de São Luís: a formação de professores e a prevenção ao uso de drogas nas escolas*. (Monografia de Especialização). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- SILVA, T T. A “nova” direta e as transformações na pedagogia política e na política da pedagogia. In: SILVA, T T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.
- TARRAB, M. Os novos sintomas e a segregação do inconsciente. In: BAHIA, I. (org.). *Psicóticos e adolescentes: por que se drogam tanto?* Belo Horizonte: CMT, 2000.
- VOLTOLINI, R. A educação como "fato inconveniente" para a psicanálise. *Estilos da Clínica*, 6, 2006.
- VORCARO, Â. *Seria a toxicomania um sintoma social?* Minas Gerais: Mental, 2004.